



UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS
CENTRO DE TREINAMENTO E DESENVOLVIMENTO
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM POLICIAMENTO COMUNITÁRIO

VANGLEUMA MARIA DE OLIVEIRA

**PERCEPÇÕES DE PROFISSIONAIS QUE ATENDEM A MULHERES
VÍTIMAS DE VIOLÊNCIA: ESTUDO DE CASO DO CENTRO DE
REFERÊNCIA DE ATENDIMENTO A MULHER EM SITUAÇÃO DE
VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E SEXUAL FRANCISCA CLOTILDE -
FORTALEZA-CE**

FORTALEZA, 2010

VANGLEUMA MARIA DE OLIVEIRA

**PERCEPÇÕES DE PROFISSIONAIS QUE ATENDEM A MULHERES VÍTIMAS DE
VIOLÊNCIA: ESTUDO DE CASO DO CENTRO DE REFERÊNCIA DE
ATENDIMENTO A MULHER EM SITUAÇÃO DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E
SEXUAL FRANCISCA CLOTILDE - FORTALEZA-CE**

Monografia apresentada a Coordenação do Curso de
Especialização em Policiamento Comunitário da
Universidade Federal do Ceará para a obtenção do título
de Especialista em Policiamento Comunitário.

Orientadora: Profa Dr. Linda Maria de Pontes Gondim

FORTALEZA, 2010

VANGLEUMA MARIA DE OLIVEIRA

PERCEPÇÕES DE PROFISSIONAIS QUE ATENDEM A MULHERES VÍTIMAS DE VIOLÊNCIA: ESTUDO DE CASO DO CENTRO DE REFERÊNCIA DE ATENDIMENTO A MULHER EM SITUAÇÃO DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E SEXUAL FRANCISCA CLOTILDE - FORTALEZA-CE

Esta monografia foi submetida à Coordenação do Curso de Especialização em Policiamento Comunitário, como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Especialista em Policiamento Comunitário, outorgado pela Universidade Federal do Ceará – UFC e encontra-se à disposição dos interessados na Biblioteca da referida Universidade.

A citação de qualquer trecho desta monografia é permitida, desde que feita de acordo com as normas de ética científica.

Data da Aprovação: _____ / _____ / _____

Prof. Dr. Linda Maria de Pontes Gondim
Orientadora

Prof. Dr. César Barreira
Coordenador

AGRADECIMENTOS

A todos o meu muito obrigada. Agradeço em especial:

Primeiramente a Deus, que me deu vida e força para conquistar mais um dos meus objetivos.

A Nossa Senhora, que é meu refúgio quando tantas vezes recorro.

À minha família: Lourdes e Francisco (*in memoriam*), às minhas irmãs Girlene e Joana que cuidaram do meu filho Eduardo, dividindo comigo funções domésticas e afetivas, para que eu pudesse assim, me dedicar ao meu curso de Especialização, por suas contribuições a esse estudo e pela parceria.

À professora Linda Gondim, minha orientadora, sendo suporte ao me conduzir na conclusão deste trabalho desde as suas orientações em sala de aula.

Aos professores que com dedicação e esforço contribuíram para o meu crescimento no decorrer dessa caminhada.

À Coordenação do Centro de Referência de Atendimento à Mulher Vítima de Violência Doméstica e Sexual Francisca Clotilde - CRM, Socorro Maciel e Enelsa Costa, pela abertura e cooperação na operacionalização da pesquisa.

À equipe técnica que entrevistei, pela confiança em prestarem seus depoimentos, mesmo diante de seus compromissos reconheceram a importância da pesquisa e doaram seus tempos para me receber. A Catiulce, Ingrid, Ana Carolina (Carol), Goretti, Regina e Raquel o meu muito obrigada.

À equipe do Observatório da Violência do Centro de Referência, pela fase da coleta de dados para a execução desse trabalho. A Janaína Zaranza e Karícia Firmino, o meu muito obrigada.

Aos meus amigos de curso e de trabalho que colaboraram de alguma forma para a realização desse trabalho.

RESUMO

A violência contra a mulher é tema recorrente no Brasil e no mundo. É um fenômeno de grande complexidade e atinge a todas as classes sociais, etnias e culturas. Muitas foram as lutas visando a conquista de direitos iguais entre mulheres e homens e muitas foram as conquistas também. Contudo, a extinção da violência de gênero parece ainda estar longe de ocorrer. Mulheres em situação de violência têm buscado apoio nos serviços prestados pelo Estado ou por organizações não-governamentais visando minimizar sua dor. Entre estes serviços estão aqueles prestados pelas delegacias de apoio a mulher, centros de assistência social, centros de referência da mulher e casas abrigo. As agressões sofridas pelas mulheres são divididas em variados tipos, a exemplo das psicológicas, físicas, sexuais, patrimoniais e morais, em geral, verificando-se mais de um tipo de agressão ao mesmo tempo, ou em uma mesma unidade familiar. O objetivo deste estudo foi conhecer a percepção dos profissionais da equipe do Centro de Referência de Atendimento à Mulher Vítima de Violência Doméstica e Sexual Francisca Clotilde – Fortaleza – sobre o fenômeno violência contra a mulher a partir dos atendimentos realizados no âmbito do próprio Centro de Referência. Foram entrevistadas as técnicas que compõem a equipe multidisciplinar do referido Centro. Foram ainda coletados dados quantitativos sobre o perfil da violência contra a mulher no Observatório da Violência do Centro de Referência sob estudo. Os principais resultados apontam para uma situação na qual as mulheres com baixa auto-estima, na maioria dos casos, nem percebem que vivem uma situação de violência e, portanto o Centro de Referência tem o grande papel de ajudá-las a perceberem sua situação, bem como a fortalecerem-se. Há a dependência financeira e emocional impedindo que a mulher procure uma situação de vida mais confortável. Existem, ainda, os casos em que as mulheres são ameaçadas por seus agressores e vivem amedrontadas, sendo papel do CR ajudá-las nas questões jurídicas e naquelas em que as mulheres correm risco de vida.

Palavras-chave: Mulher, violência, Centro de Referência da Mulher

ABSTRACT

The violence against women is a recurrent theme in Brazil and the world. It is a very complex phenomenon and affects all social classes, races, ethnicities and cultures. Many were the struggles aiming at gaining equal rights between women and men and many were the achievements too. However, the extinction of gender violence still seems far from occurring. Women victims of violence have sought to support the services provided by governments or nongovernmental organizations in order to minimize their pain. Among these services are those provided by police in support of women, welfare centers, referral centers, women's homes and shelter. The assaults suffered by women are divided into several types, like the psychological, physical, sexual, and moral heritage, in general, has more than one type of aggression at the same time, or in the same family unit. The objective of this study was the perception of the professional staff of the Centro de Referência de Atendimento à Mulher Vítima de Violência Doméstica e Sexual Francisca Clotilde – Fortaleza – the phenomenon of violence against women from the care provided under the first reference center. We surveyed the techniques that make up a multidisciplinary team of the Center. They were also collected quantitative data on the profile of violence against women in the Observatory of Violence Reference Center under study. The main results point to a situation in which women with low self-esteem, in most cases, do not realize they live in a state of violence and therefore the Reference Center has a large role in helping them realize their situation, and to strengthen themselves. There is a financial and emotional dependence by preventing a woman look for a situation of life more comfortable. There are also cases where women are threatened by their abusers and live in fear, and the role of CR assist them in legal matters and those in which women are at risk of life.

Keywords: Women, violence, Reference Center for Women victims of violence.

LISTA DE TABELAS, FIGURAS E GÁFICOS

Tabela 1 –	Taxas de crescimento linear e geométrica do número de atendimentos, retornos e total, segundo os meses do ano, no período 2007-2009.....	25
Tabela 2 –	Atividades profissionais exercidas pelas usuárias do Centro de Referência Francisca Clotilde (Em percentuais).....	27
Tabela 3 –	Grau de parentesco dos agressores segundo o depoimento das usuárias do CR Francisca Clotilde, no período 2007-2009 (Valores percentuais).....	33
Gráfico 1 –	Número de atendimentos e retorno por meses do ano, no período 2007-2009.....	25
Gráfico 2 –	Número de atendimentos do disque denúncia (telefone 0800) segundo o tipo de atendimento, no período 2007 – 2009.....	26
Gráfico 3 –	Número de atendimentos por Secretaria Executiva Regional, no período 2007-2009.....	26
Gráfico 4 –	Número de atendimentos segundo o tipo de violência, no período 2007-2009.....	28
Gráfico 5 –	Número de atendimentos por cor ou raça no período 2007-2009.....	29
Gráfico 6 –	Número de atendimentos por nível de escolaridade, no período 2008-2009.....	30
Gráfico 7 –	Número de atendimentos por faixa de renda, em salários mínimos, no período 2007-2009.....	30
Gráfico 8 –	Número de atendimentos por faixa etária, no período 2007-2009.....	31
Gráfico 9 –	Número de atendimentos segundo o número de filhos, no período 2007-2009.....	31
Gráfico 10 –	Número de atendimentos segundo o tipo de religião, no período 2007-2009.....	32
Gráfico 11 –	Número de atendimentos segundo o tempo de união, no período 2007-2009.....	32
Gráfico 12 –	Grau de parentesco do agressor percebido a partir do número de atendimentos, no período 2007-2009.....	33
Quadro 1 –	Classificação dos bairros de fortaleza segundo as Secretarias Executivas Regionais – Fortaleza (CE).....	50

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	8
1.1 Problemática.....	8
1.2 Justificativa.....	10
1.3 Metodologia.....	10
2 VIOLÊNCIA E VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER.....	13
2.1 A Questão da Violência.....	13
2.2 Violência de Gênero e Violência contra as Mulheres.....	15
2.3 Mulher e Violência: uma Questão Histórica.....	18
3 CENTRO DE REFERÊNCIA E ATENDIMENTO À MULHER EM SITUAÇÃO DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E SEXUAL FRANCISCA CLOTILDE.....	22
3.1 Atividades Características do Centro de Referência Francisca Clotilde.....	22
3.2 Observatório do Centro de Referência da Mulher Francisca Clotilde.....	24
4 RESULTADOS DA PESQUISA DE CAMPO	35
5 CONCLUSÃO.....	44
REFERÊNCIAS.....	46
APÊNDICE 1 – CARTA DE CONSENTIMENTO DO ENTREVISTADO.....	49
APÊNDICE 2 – CLASSIFICAÇÃO DOS BAIROS DE FORTALEZA SEGUNDO AS SECRETARIAS EXECUTIVAS REGIONAIS.....	50

1 INTRODUÇÃO

1.1 Problemática

A violência e a criminalidade são problemas sociais que mobilizam a opinião pública, na medida em que afetam toda a população, independente de religião, sexo, etnia, ou estado civil. É um fenômeno presente desde os tempos mais remotos, que ocorre de várias formas, relacionadas com as características culturais de cada sociedade.

Entre as diversas formas de violência está aquela que é exercida contra a mulher; trata-se de uma manifestação de relações de poder que se definiu historicamente em um contexto de desigualdade entre homens e mulheres, as quais têm sido discriminadas, dominadas e muitas vezes impedidas do exercício de cidadania. A violência contra a mulher tem se refletido no dano ou sofrimento físico, sexual ou psicológico, quer na esfera pública quer na esfera privada, chegando muitas vezes até à morte da vítima.

Parece ser um consenso entre os diversos estudiosos do tema que a violência contra a mulher é um problema da sociedade, tratado no âmbito da justiça, da segurança pública e dos movimentos sociais. A Declaração Universal dos Direitos Humanos de 1948 ressalta a não aceitação de qualquer forma de discriminação por motivo de raça, sexo, religião, cultura ou quaisquer outros atributos. Entretanto, segundo Prates (2007), a mulher, sujeito de direitos, ficou por um longo tempo esquecida. Em 1979, a Convenção das Nações Unidas sobre a “Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher”, constituiu-se em um marco histórico na definição internacional dos direitos humanos, contudo foi na década de 1990 que, devido a inúmeros movimentos feministas internacionais, a questão consolidou-se na legislação internacional, a partir de um conjunto de conferências que reconhecia a importância das mulheres no processo de desenvolvimento em igualdade com os homens, em todas as esferas da vida pública e privada. (PRATES, 2007).

Garcia-Moreno (2002, apud PRATES, 2007, p.10) reconhece que a violência contra a mulher fez parte das agendas e debates internacionais, inicialmente como um tema de direitos humanos, na Conferência Mundial sobre Direitos Humanos de Viena (1993) e na Declaração das Nações Unidas sobre a Erradicação da Violência contra as Mulheres. A partir desse ciclo de debates promovido pela Organização das Nações Unidas (ONU), diversos países ou regiões passaram a discutir e definir políticas públicas para o combate desse tipo de violência, tratada agora como violência de gênero.

No Brasil, a exemplo do resto do mundo, ao longo do tempo, novos arranjos familiares

foram se configurando e reconfigurando, tornando-se inevitável a remodelação dos papéis sociais masculinos e femininos. O reconhecimento das mulheres como sujeitos de direitos tornou-se visível nesse novo cenário. Entre as importantes conquistas delas estão o direito de votar em seus representantes políticos, de fazer um curso superior e de exercer uma profissão, bem como àqueles referentes ao direito de liberdade sobre suas próprias vidas.

Não obstante tantas conquistas, atos de violência de gênero continuam sendo praticados, legitimados pela sociedade, como se fosse um direito masculino sobre a mulher, a exemplo daqueles praticados em tempos remotos.

Conquistas mais expressivas vieram com o processo de redemocratização do país e dos novos direitos conquistados pela Constituição Federal de 1988, onde as mulheres passaram a exigir mudanças nesse quadro social permissivo. Esta luta foi iniciada pelo movimento feminista que explodiu na década de 1970, no Brasil.

Os movimentos feministas além de tornarem público a existência da violência doméstica, também exigiam do Estado serviços e ações para o enfrentamento do problema. Registra-se, assim, a criação das Delegacias Especializadas de Atendimento a Mulher, Centros de Referência ou Atendimento, Defensorias Pública da Mulher, Casas Abrigos, entre outros órgãos, programas e políticas estatais de enfrentamento da violência de gênero.

Os Centros de Referência da Mulher são instituições muito importantes no processo de conquista e visibilidade social para o tema, ao mesmo tempo em que acolhem e prestam assistência às vítimas da violência. São instituições que prestam serviços especializados, que incluem atendimento psicológico, social e jurídico, orientação, informação e assistência. Muitos desses centros mantêm estreitos vínculos com movimentos feministas, participando de suas ações na mobilização para o enfrentamento da violência e desigualdade de gênero. Essa diversidade de serviços procura aliviar o sofrimento das vítimas e intervir nos padrões de relacionamento conjugal ou familiar (HANADA, 2007).

Dado a importância que os Centros de Referência da Mulher vêm alcançando no Brasil, o objetivo geral desta pesquisa é conhecer as percepções dos profissionais da equipe do Centro de Referência de Atendimento à Mulher Vítima de Violência Doméstica e Sexual Francisca Clotilde – CR/Fortaleza – sobre o fenômeno violência contra a mulher, a partir dos atendimentos realizados no âmbito do próprio CR/Fortaleza.

1.2 Justificativa

De acordo com matéria exibida no Jornal O Povo Online, em 19/12/08, 37 ocorrências por dia, em média, são registradas na Delegacia da Mulher. Segundo a Presidente do Conselho Cearense dos Direitos da Mulher, Maria Hemenegilda Silva, o Juizado de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher, em Fortaleza, criado em 2007, já instaurou 3.972 processos, 891 inquéritos policiais, 2.717 medidas protetivas, 44 prisões preventivas, 429 prisões em flagrante, 2.120 atendimentos psicossociais e 2.480 audiências. Até novembro de 2008, já haviam sido registrados 10.425 casos e uma média de sete assassinatos por mês. Destaca-se que o número de mortes no período considerado já era maior que em 2007, quando 72 mortes haviam sido registradas. (O POVO ONLINE, 19/12/08).

Apesar da maior segurança oferecida às mulheres ao denunciarem seus agressores, após a aprovação da Lei Maria da Penha, em vigor desde 2006, Hemenegilda Silva lembra que a realidade das vítimas de violência no Ceará ainda é muito cruel. Em Fortaleza, o Centro de Referência de Atendimento à Mulher Vítima de Violência Doméstica e Sexual Francisca Clotilde – CRM/Fortaleza, criado em março de 2006, registrou nos dois primeiros anos (2006-2007) um total de 3.133 atendimentos, além de 1.137 ligações atendidas pelo serviço 0800, para denúncias, dúvidas, marcação de retornos, entre outras demandas. O CRM/Fortaleza registra que a violência psicológica foi o principal motivo de atendimento, respondendo por 418 casos; tem-se, em seguida, os casos de violência moral (344) e violência física (314).

Todos os dados apresentados, somados àqueles que não foram disponibilizados até o momento, a exemplo dos dados de atendimento da Delegacia de Defesa da Mulher-CE, entre outros órgãos, revelam a importância do estudo mais detalhado sobre a violência contra a mulher em suas diversas nuances.

1.3 Metodologia

A pesquisa realizada para a presente monografia tem natureza predominantemente qualitativa, combinando levantamento bibliográfico com trabalho de campo. A pesquisa bibliográfica teve como objetivo ampliar o conhecimento da pesquisadora sobre as diversas concepções a respeito do enfrentamento da violência contra mulher, bem como aprofundar a discussão de dados importantes para a elaboração e execução das políticas de combate a violência.

O levantamento bibliográfico identificou os principais trabalhos científicos já realizados sobre o tema escolhido, com o propósito de se conhecer opiniões de diversos autores e dados atuais e relevantes, abrangendo publicações avulsas, livros, jornais, revistas, vídeos, materiais oriundos da Internet etc. (LAKATOS, 2005).

A pesquisa de campo constou de entrevistas semi-estruturadas aplicadas no CR Francisca Clotilde a toda equipe colaboradora da Instituição. Ao todo, foram realizadas seis entrevistas, gravadas com o consentimento prévio das profissionais entrevistadas (Ver Apêndice 1).

Também foi realizada uma coleta de informações sobre os atendimentos no período 2007-2009, objetivando o conhecimento de características importantes das usuárias e da atuação do referido Centro de Referência, no âmbito da cidade de Fortaleza.

O CR Francisca Clotilde conta atualmente com duas advogadas, duas psicólogas, uma assistente social, uma educadora social, três recepcionistas, seis guardas municipais e quatro seguranças terceirizados, que mantêm contato em maior ou menor grau com as vítimas de violência. No setor administrativo incluem-se a coordenadora geral e a coordenadora adjunta, além dos auxiliares administrativos e de apoio.

As entrevistadas foram esclarecidas sobre a natureza voluntária de sua participação na pesquisa, ou seja, os sujeitos da pesquisa puderam recusar-se a ser entrevistados, ou aceitar colaborar após o esclarecimento dos objetivos e da utilização das informações. Além do consentimento explícito dos informantes, houve o compromisso de respeitar o sigilo quanto à sua identidade.

Entrevista é definida por Haguette (2000, p. 86) como um “processo de interação social entre duas pessoas na qual uma delas, o entrevistador, tem por objetivo a obtenção de informações por parte do outro, o entrevistado”. A entrevista é uma técnica de coleta de dados muito utilizada no trabalho de campo e permite a obtenção de informações de natureza subjetiva, relacionadas a valores, atitudes e opiniões dos sujeitos entrevistados. Apesar dos dados objetivos poderem também ser coletados no processo de entrevista, é mais apropriado buscá-los em fontes secundárias, tais como: documentos oficiais, censos, estatísticas etc.

Particularmente, as entrevistas semi-estruturadas combinam perguntas abertas e fechadas, onde o sujeito entrevistado pode discorrer sobre o tema proposto. “O pesquisador deve seguir um conjunto de questões previamente definidas, mas ele o faz em um contexto muito semelhante ao de uma conversa informal” (BONI; QUARESMA, 2005). O entrevistador precisa ficar atento e fazer perguntas adicionais para esclarecer questões cujas respostas não ficaram claras, ou fugiram ao tema de pesquisa. Esse tipo de entrevista é muito

utilizado quando se deseja delimitar o volume das informações, obtendo assim um direcionamento maior para o tema, a fim de que os objetivos sejam alcançados. Assim, a técnica revelou-se adequada aos propósitos da pesquisa cujos resultados são apresentados nesta monografia. O texto está estruturado em quatro seções: esta Introdução, que contextualizou e justificou o tema escolhido, definiu seu objetivo geral, bem como os procedimentos metodológicos utilizados. A Seção 2 discute alguns dos principais estudos sobre a violência contra a mulher. A Seção 3 trata do Centro de Referência da Mulher Francisca Clotilde, em três dos seus quatro anos de existência, ocasião em que os dados começaram a ser armazenados no banco de dados denominado Observatório do CR Francisca Clotilde. A Seção 4 apresenta os depoimentos do pessoal componente da equipe de trabalho do CRM, os quais revelam os sentimentos da equipe sobre a mulher em situação de violência no contexto dos atendimentos efetuados.

2 VIOLÊNCIA E VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER

2.1 A Questão da Violência

A violência é um fenômeno psicossocial de grande complexidade e dinamismo, que pode ser observado desde o início da humanidade, embora não seja algo natural do ser humano, segundo Medeiros (2005). Odalia (1986, p. 13) afirma que “o viver em sociedade foi sempre um viver violento. Por mais que recuemos no tempo, a violência está sempre presente, ela sempre aparece em suas várias faces”.

De Ferrante (2008) refere-se à dificuldade em se definir violência, ressaltada por Minayo e Souza (1999), devido constituir-se de relações pessoais, políticas, sociais e culturais de natureza ambígua.

Para Noronha e Daltro (1991), também, definir violência não é uma tarefa fácil, dado ser uma idéia associada a algo imprevisível, não havendo uma norma para o seu acontecimento, nem uma situação de regularidade. A qualquer momento pode ocorrer um ato de violento; contudo, as autoras relatam que tanto juristas quanto antropólogos e sociólogos têm elaborados conceitos de violência que muito variam em sua amplitude.

No I Encontro “Violência Fora e Dentro de Portas” realizado em Coimbra, em abril de 2004, o psiquiatra Bráulio de Almeida Sousa iniciou sua palestra recordando que o termo violência provém do latim “violentia, violentiae”, ressaltando que o termo era utilizado no início do século XIII como sinônimo de abuso da força. Posteriormente, no século XVI, “violentar”, termo relativo ao exercício da violência, significava agir sobre alguém ou fazer este agir contra sua vontade, mediante força ou intimidação.

Saffioti (2004, p. 17) define violência como “a ruptura de qualquer forma de integridade da vítima; integridade física, integridade psíquica, integridade sexual, integridade moral”. Franzoi chama atenção para o conceito de violência de Saffioti ser tão “integralizador a ponto de abranger todo e qualquer ato que fira os direitos humanos, porém a singularidade do sentimento de ruptura das integridades é algo muito particular, o que resulta numa sensação de violência variável de pessoa para pessoa” (FRANZOI, 2007, p. 11).

Krug et al. (2002 apud FRANZOI, 2007, p. 11), em ensaio escrito para a Organização Mundial da Saúde define violência como: “uso intencional da força física ou do poder, real ou em ameaça, contra si próprio, contra outra pessoa ou contra um grupo ou uma comunidade que resulte ou tenha grande possibilidade de resultar em lesão, morte, dano psicológico, deficiência de desenvolvimento ou privação”.

No âmbito da procura por conceitos sobre violência, Noronha e Daltro destacam o conceito de Michaud, como algo que parece ser mais completo:

[...] há violência quando, numa situação de interação, um ou vários atores agem de maneira direta ou indireta, maciça ou esparsa, causando danos a uma ou várias pessoas em graus variáveis, seja em sua integridade física, seja em sua integridade moral, em suas posses, ou em suas participações simbólicas e culturais (MICHAUD, 1989 apud NORONHA; DALTRO, 1991, p. 216).

Já De Ferrante (2008) destaca o conceito de Minayo e Souza (1999) que, se baseando em autores como Arendt, Engels e Marx, Mao Tse-Tung, entre outros, consideram que “as características positivas da violência devem-se ao fato dela poder ser vista como um acelerador econômico, como garantia de poder político e como fator secundário de mudança para o Estado Moderno, pois seria utilizada com a coerção a favor das classes dominantes” (De FERRANTE, 2008, p. 31).

Portanto, a violência somente pode ser compreendida no contexto social em que se produz, no qual os fatores políticos, econômicos e culturais devem ser observados na compreensão das relações cotidianas entre as pessoas, relações estas que podem ser continuamente construídas e desconstruídas.

De Ferrante (2008) apropria-se do conceito de poder de Hannah Arendt enquanto uma “ferramenta” utilizada como garantia de superioridade de uma pessoa diante de outra mais fraca, e que carece de ausência de vigor e energia. O poder segue ao lado da fraqueza e da fragilidade.

Para Arendt (2001 apud De FERRANTE, 2008) a convivência entre os homens é o bastante para gerar poder, ou garantir o potencial de poder. A convergência entre o poder e a ação pode gerar a violência, ou seja, a violência pode ser um produto da relação conjunta entre poder/ação e a força.

Ressalte-se que nem toda relação de força se confunde com violência, dado que nas relações de força visa-se o aniquilamento do outro, eliminando-o fisicamente, se for necessário; já nas relações violentas, as partes devem estar presentes uma para a outra, mesmo que uma delas seja anulada e subjugada em sua vontade (De FERRANTE, 2008).

Dado as críticas sofridas por Arendt sobre seu conceito de poder, baseado na antiga tradição greco-romana, De Ferrante busca ajuda em Chauí (1985) que também utiliza as idéias arendtianas para conceituar violência. Para Chauí a violência deve ser considerada sob dois aspectos:

Em primeiro lugar, como conversão de uma diferença e de uma assimetria numa relação hierárquica, de desigualdade com fins de dominação, de exploração e de

opressão. Isto é, a conversão em desiguais e a desigualdade em relação entre superior e inferior. Em segundo lugar, como a ação que trata o ser humano não como sujeito, mas como uma coisa. Esta se caracteriza pela inércia, pela passividade e pelo silêncio, de modo que, quando a atividade e a fala de outrem estão impedidas ou anuladas, há violência (CHAUÍ, 1985 apud De FERRANTE, 2008, p.34).

Percebe-se, então, que a anulação de uma pessoa por outra impede a interação saudável entre elas, em outras palavras, a pessoa “coisificada” não interage com aquela que a “coisifica”, portanto, registra-se a violência.

Para Franzoi (2007, p.11):

a violência nem sempre se apresenta como um acontecimento, um fato, claro e transparente por si mesmo e nem sempre é visível. O ato violento pode se insinuar como um ato natural, cuja essência passa despercebida. Perceber a violência exige esforço para descaracterizá-la como ato rotineiro, natural e inscrito na ordem das coisas. São os hábitos, costumes, as leis explícitas ou implícitas que encobrem certas práticas violentas, tidas como normais na vida em sociedade que dificultam reconhecer, de imediato, o caráter violento dos atos.

A autora continua, afirmando que “a violência é um problema da sociedade que é tratado no âmbito da justiça, da segurança pública e também como objeto de movimentos sociais [...]”. Para ela, o fenômeno tem um sentido amplo, “[...] referindo-se a tudo o que significa agravo e ameaça à vida, às condições de trabalho, às relações interpessoais e à qualidade da existência” (FRANZOI, 2007, p 12).

Enquanto problema social, a violência requer um olhar multidimensional, que considere aspectos estruturais, como os de ordem econômica, cultural e histórica, bem como aspectos conjunturais que envolvem os grupos constituintes das sociedades nas quais a violência ocorre (BARROS, 2000 apud FRANZOI, 2007).

Verificou-se, até o momento, segundo os autores estudados do tema, que o fenômeno violência traz consigo as ideias de relações de poder, anulação/coisificação de outrem, perturbação da integridade física e moral e que leva em conta as características sócio-político-culturais no ambiente onde se registra.

2.2 Violência de Gênero e Violência contra as Mulheres

Angulo-Tuesta (1997) afirma que a primeira grande dificuldade ao se estudar a violência de gênero refere-se à diversidade de termos utilizados para tratar este tipo específico de violência. Observam-se, assim, os termos “violência contra a mulher, violência intrafamiliar, violência conjugal, violência doméstica contra a mulher, mulher golpeada (Mujer golpeada) como propõe a Cepal, ou mais recentemente, violência de gênero, para citar somente alguns exemplos”

(ANGULO-TUESTA, 1997, p. 16). A autora ressalta também que diversos são os conceitos atribuídos a este fenômeno, de acordo com as diferentes áreas de estudo: direito, psicologia, antropologia, sociologia, saúde pública, o que tem provocado um problema de ordem operacional para os profissionais que têm a incumbência de definir ou utilizar definições para compreender o fenômeno, apresentá-lo em forma de indicadores, avaliá-lo e mesmo apresentar ações institucionais a serem implementadas para combater a violência de gênero.

Baseando-se nos estudos de Isis Internacional (1990), Cepal (1992), Heise et al. (1994), Angulo-Tuesta (1997, p. 17) destaca os seguintes elementos considerados para a definição de violência contra a mulher:

- a) a natureza dos atos de violência, ou seja, as formas de violência a serem incorporadas (seja a violência física, a violência verbal ou psicológica e a violência sexual);
- b) o caráter que define o ato de violência, ou seja, se este expressa ou não exercício de poder, força ou coerção;
- c) o âmbito onde acontece a situação de violência, se agressor e agredida compartilham o mesmo domicílio;
- d) a relação entre as pessoas implicadas na situação de violência, ou seja, deve considerar-se o vínculo de parentesco ou a relação íntima atual ou anterior. Nesse sentido, incluem-se o (ex) marido, o (ex) cônjuge, o (ex) parceiro, o (ex) namorado;
- e) a tolerância ou legitimidade de atos de violência na sociedade, isto é, se alguns atos são legitimados pela sociedade, significa que os desqualificam enquanto violência?
- f) a distinção entre violência aleatória e violência de gênero. [...] a violência contra a mulher não inclui a violência dirigida ao homem ou a violência dirigida à mulher por razões distintas a seu sexo (por exemplo, a agressão durante um assalto);
- g) os valores e normas que definem ou regulam a violência.

Para Gregori (1993 apud ANGULO-TUESTA, 2007, p. 31), a violência conjugal revela a expressão do “conflito de interesses entre duas partes que participam ativamente da relação de convivência”. É preciso compreender “a relação entre padrões mais gerais que orientam a conduta e o comportamento propriamente dito como um movimento, como uma passagem que implica combinações, ambiguidades e, portanto, diversidades”. Ainda segundo a mesma autora, a agressão consiste em uma forma de comunicação e configura-se no resultado de uma negociação mal sucedida entre os parceiros. Nesse sentido, aponta que: “as cenas em que marido e mulher estão envolvidos e que culminam em agressões estão sujeitas a inúmeras motivações [...]. Nelas, as mulheres participam como parceiras ativas. Essas cenas revelam que a agressão funciona como novas formas de relacionamento, sem empregar recursos que levem a um acordo, a um entendimento ou a uma negociação das decisões” (GREGORI, 1993 apud ANGULO-TUESTA, 2007, p. 31).

Angulo-Tuesta (1997) percebe que Gregori (1993) parece não dar atenção para as questões relativas ao poder. Neste sentido, recorre a Saffioti:

Não se está, de forma alguma, afirmando que as mulheres são santas. Ao contrário, elas participam da relação de violência, chegando mesmo a desencadeá-la. **Nem por isto, porém, a mulher detém o mesmo poder que o homem** (grifo nosso). (...) Trata-se de uma correlação de forças que muito raramente beneficia a mulher. Socialmente falando, o saldo negativo da violência de gênero é tremendamente mais negativo para a mulher que para o homem (SAFFIOTI, 1994 apud ANGULO-TUESTA, 1997, p. 31).

Souza (2007), ao estudar a violência doméstica, percebe homens de comportamento agressivo, encontrados em todas as classes sociais, grupos étnicos e religiosos, com baixo limiar de tolerância a frustrações. Contudo, estes homens tendem a mascarar seus comportamentos agressivos fora do âmbito familiar, mostrando-se como sedutores para as mulheres. Apesar de, muitas vezes, afirmarem que o “bem-estar” da família está em primeiro lugar, recorrem a espancamento e agressões contínuas, demonstrando que a família é para eles um objeto de poder e controle, uma questão de afirmação e não de amor.

Para a autora, as mulheres que estão submetidas a esse tipo de realidade podem pertencer a qualquer grupo ou classe social. Inicia-se, então, um processo de queda de auto-estima e depressão, ao mesmo tempo em que esperam uma mudança de comportamento do parceiro. Nessa perspectiva:

[...] passam a ser submissas, passivas, impotentes, gradualmente vão se isolando dos amigos e da comunidade, perdendo a capacidade de protegerem a si e aos filhos, aceitando como suas todas as culpas. Em famílias que a mulher é maltratada pelo marido, quase sempre os filhos são sobrecarregados da ira do pai ou da mãe, num ciclo onde o que detém maior parcela de poder machuca os que estão em posição de poder inferior e assim sucessivamente (SOUZA, 2007, p. 27)

Souza (2007, p. 27) ressalta, ainda, outra questão que contribui para manter e reforçar a violência que, geralmente, transforma as mulheres de vítimas em culpadas. São elas (as mulheres) que têm que provar que foram ou são vítimas de violência, notadamente nas questões de assédio no local de trabalho, na escola e em outras instituições. “Até em situações de estupro e espancamento [...] quase sempre é perguntado a elas o que fizeram para que tal fato acontecesse”. Em situações de assassinatos, há geralmente uma lista enumerando os erros das mulheres para justificar os atos violentos dos homens; conseqüentemente, “de vítimas as mulheres passam a ser culpadas”.

Homens violentos percebem mulheres com amor próprio baixo, sem capacidade de reação, sendo muito comum que, quando o homem bate na mulher, já se venha cometendo outras formas de violência, tais como humilhação, xingamento e ameaças, ou seja, em posição ou com sentimento de inferioridade e sem forças para reagir (SOUZA, 2007).

Entre os diversos conceitos de violência contra a mulher, Angulo-Tuesta (1997) chama atenção para o termo violência de gênero no âmbito doméstico ou violência contra mulher no âmbito doméstico, distinguindo os elementos a seguir: “a) o uso da força física ou verbal que prejudica ou ameaça a vida e o corpo da mulher na integridade física, emocional ou sexual; b) a coerção como forma de perpetuar a subordinação feminina e c) que esse agravo seja produzido pelo parceiro com quem estabelece ou estabeleceu uma relação íntima” (ANGULO-TUESTA, 1997, p. 19).

A importância desse conceito para o presente trabalho está no fato de que é possível identificar o atendimento da mulher com estas características na maior parte dos órgãos de proteção a mulher, notadamente no Centro de Referência da Mulher Francisca Clotilde, em Fortaleza (CE).

2.3 Mulher e Violência: uma Questão Histórica

Historicamente, os papéis desempenhados pelo homem e pela mulher nas diversas sociedades vem sofrendo muitas mudanças, e embora a violência contra a mulher ainda seja um fenômeno que ocorre em grande magnitude, é também verdade que a mulher já obteve grandes conquistas em relação aos seus direitos e aos mecanismos de combate à violência contra elas.

Há algum tempo atrás, a vida de uma mulher era marcada pelo domínio do pai e, depois do casamento, pelo domínio do marido. Borin (2007) destaca a condição de superioridade do homem, no contexto social, cabendo a este exercer a autoridade, justificando-se a repressão da mulher pela superioridade masculina.

Borin (2007) ressalta que a construção social de estereótipos e papéis a serem desempenhados pela mulher diferencia-se nos diversos grupos sociais para diferentes épocas, implicando que as atividades a serem realizadas por ela eram definidas pelos aspectos culturais de cada sociedade. Desse modo, as características de sensível, delicada, amorosa e altruísta, atribuídas à mulher, determinavam seus deveres maternos, sendo sua participação como membro da sociedade restrita à esfera privada e ao confinamento doméstico.

Os vários papéis femininos diferem ao longo da história. Na antiguidade, a mulher egípcia estava em condição de relativa igualdade ao homem, tendo muito mais liberdade que as mulheres de outras sociedades de sua época. O pai tinha o poder de proteger e não de dominar. As relações harmoniosas estabelecidas pelo casamento eram de responsabilidade exclusiva dos noivos que haviam de comum acordo firmado o compromisso matrimonial diante da sociedade (NOBLECOURT, 1994; SANTOS, 2006 apud BORIN, 2007).

Em posição oposta a da mulher da sociedade egípcia da Idade Antiga estava a mulher grega e a romana. A vida destas mulheres resumia-se ao desempenho dos papéis de esposa e mãe, confinadas a maior parte do tempo em suas casas, somente saindo para afazeres domésticos ou festas populares acompanhadas por escravas. Estavam excluídas do mundo do saber, do pensamento e das artes (PATTI, 2004; MACEDO, 1990 apud BORIN, 2007).

Na Idade Média, a mulher continuou marginalizada, numa sociedade onde a hegemonia masculina era marcante. A Igreja valorizava a maternidade e o papel de boa mãe, sendo o bom casamento aquele em que o homem governava e a mulher obedecia incondicionalmente (MACHADO, 2007 apud BORIN, 2007). Ademais, na Idade Média a mulher era responsabilizada por todos os “descaminhos” socioeconômicos que ocorressem, tais como más colhetas, epidemias, mortes inexplicadas. Consolidava-se a época da “caça as bruxas” pela Inquisição, permitindo a tortura e execuções de mulheres que não cumprissem, segundo os Inquisidores, seus papéis definidos diante daquela sangrenta sociedade.

Somente a partir do Século XVIII a história começou a registrar os nomes das primeiras mulheres a lutarem por mais liberdade de expressão, ingresso em cursos superiores, direitos políticos, melhores condições de trabalho, salários mais dignos, entre outros direitos, mesmo assim diante de extrema repressão. No início do Século XX, mais precisamente em 8 de março de 1908, um total de 150 operárias americanas foram queimadas vivas, no interior de uma fábrica, em Nova York, por estarem fazendo manifestações de greve. O dia 8 de março ficou consagrado como o Dia Internacional da Mulher (AZEVEDO, 1895 apud BORIN, 2007).

A partir da Segunda Guerra Mundial, muito lentamente, a mulher foi conseguindo obter progressos na sua luta por liberdade e igualdade.

No Brasil, a divisão dos papéis sociais desempenhados por homens e mulheres seguiu o padrão dominante no nível mundial. A mulher exercia papéis inferiores aos exercidos pelos homens desde as sociedades indígenas, ao mesmo tempo em que eram vistas pelo homem branco, recém-chegado colonizador, como uma figura que despertava a luxúria devido a sua nudez.

Na sociedade escravocrata, a negra escrava tinha como função produzir bens e prestar serviços, sendo, ainda, obrigada a desempenhar um papel de cunho sexual (instrumento de prazer) para seu senhor, ao mesmo tempo em que era reprodutora da mão-de-obra escrava. As mulheres brancas encontravam-se em posição submissa perante a figura masculina, no âmbito da família e da sociedade; eram educadas em ambiente patriarcal, passando do domínio do pai para o do marido, por ocasião do casamento. Essa situação somente era diferenciada a partir

da reclusão em um convento (MURARO, 1975 apud BORIN, 2007).

Mesmo com a hegemonia burguesa no Século XX, a mulher brasileira, embora tenha conseguido alguns avanços nas formas de organizar o seu tempo por participarem mais do mercado de trabalho, continuavam a desempenhar, de forma predominante, o papel de esposa modelar e boa mãe. Quando adentrou no mercado de trabalho tornou-se instrumento de complementação de renda familiar.

Na metade da década de 1950, o casamento consistia a “porta de entrada” para a realização feminina, cuja essência era marcada pela maternidade, e dedicação ao lar. Mesmo quando a mulher conseguiu acesso a postos de trabalho, tido como “masculinos”, na segunda metade dos anos 1950, ainda era alvo de preconceito generalizado, por negligenciar a educação dos filhos (BASSANEZI, 2000; MACHADO, 2007 apud BORIN, 2007).

Foram os movimentos feministas, criados ainda no século XIX, e de certa forma fortalecidos na segunda metade do século XX, que permitiram que as mulheres pudessem ser ouvidas pelo poder público e pela sociedade em geral, em seus pedidos de igualdade de oportunidades, direito ao atendimento jurídico, social, psicológico, ao mesmo tempo em que tornavam público um fenômeno que as aterrorizava há muito tempo: a violência conjugal, ou violência sexual e doméstica.

Como já explicitado anteriormente, nas décadas de 1980 e 1990 foram criados muitos órgãos de proteção à mulher, a exemplo do SOS-Mulher, Delegacia de Defesa da Mulher, Centro de Orientação Jurídica e Encaminhamento Psicológico e a Associação Assitencial Comvida, além de espaços e abrigos para o atendimento à mulher vítima de violência.

O SOS-Mulher foi criado em outubro de 1980, em São Paulo, logo em seguida em Campinas e no Rio de Janeiro. “Tinha como proposta o atendimento individual ou em grupo, a escuta solidária da história das mulheres agredidas, a afirmação do direito a viver sem violência, o trabalho inter-disciplinar e em redes de serviços, a democratização das informações ditas técnicas (legais, assistenciais, médicas etc.)” (DINIZ, 2005, p. 20).

Em Minas Gerais foi criado o Centro de Defesa da Mulher, também em 1980, sendo todas as suas unidades autônomas, objetivando atender a mulher vítima de violência, com um serviço de voluntárias que incluía psicólogas e advogadas. O slogan “Quem ama não mata” chamava atenção para o elevado alto de homicídios.

A Casa de Cultura da Mulher Negra foi criada em 30 de junho de 1990, em Santos/SP, para ofertar assistência jurídica a mulheres, homens e crianças em caso de racismo. Oferece, ainda, apoio legal e psicológico a mulheres e crianças vítimas de violência doméstica e sexual. Em caso de racismo, esse aconselhamento psicológico é oferecido também aos

homens negros. “No período de 1995 a 1998, a CCMN atuou como secretaria-executiva da subregião Brasil da Rede Feminista Latino-americana e Caribenha de combate à Violência Doméstica e Sexual” (DINIZ, 2005, p. 21).

O Conselho Estadual da Condição Feminina, de São Paulo, criado em 1993, tem como prioridades ofertar creches, saúde, trabalho e combate a violência. Logo em seguida, foi criado, em São Paulo, o Centro de Orientação Jurídica e Encaminhamento Psicológico - COJE, com a mesma finalidade. Em 1985, foi criada a primeira Delegacia Policial de Defesa da Mulher, iniciativa que foi se estendendo por todo o país, como parte das reivindicações do movimento de mulheres, organizadas ou não em partidos, com ênfases e formatos diversos quanto aos serviços reivindicados (DINIZ, 2005).

A Casa Abrigo de Brasília, uma das 72 existentes no Brasil, foi criada em 1993, e está instalada num terreno de 12 mil m², sendo bastante ampla e bem equipada, incluindo piscina, parquinho para as crianças e área verde. Seu endereço é mantido em segredo, tendo muros altos e vigilância 24 horas na porta. Não é uma casa como as demais, suas moradoras estão sob proteção da Justiça. Sua função é dar apoio jurídico e psicológico às mulheres que são agredidas, principalmente, por pais, maridos, padrastos. Conta com a ajuda de 35 profissionais (psicólogos, pedagogos, orientadores sexuais, advogados, fisioterapeutas, agentes sociais, ginecologistas, pediatras, enfermeiras e polícias) que acompanham cada caso e procuram criar mecanismos para que as famílias atendidas possam ser reestruturadas. A Casa Abrigo de Brasília está vinculada à Secretaria de Estado de Ação Social do Distrito Federal (DINIZ, 2005).

Entre tantos órgãos de proteção à mulher em situação de violência, debates e reivindicações diversas, embora ainda insuficientes para deter o avanço da violência de gênero, foi sancionada pelo Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, em 7 de agosto de 2006, uma lei que visa a proteger as vítimas da violência doméstica, chamada Lei Maria da Penha (MAZONI, 2007; PAVEZ, 1997 apud BORIN, 2007). Apesar de constituir-se em um avanço a favor dos direitos da mulher a Lei Maria da Penha não tem modificado a realidade das mulheres passíveis de violência doméstica, dado que não é eficaz na punição do agressor, em geral os cônjuges e companheiros.

Um levantamento parcial da eficácia da Lei Maria da Penha revelou que só 2% dos processos concluídos resultaram em condenação ao agressor. No período 2006-2008, cerca de 75,8 mil processos foram julgados, com apenas 1,8 mil casos de punição. As estatísticas mostram ainda que as mulheres se arrependem das denúncias efetuadas, notadamente quando dependem financeiramente do agressor (LEI MARIA DA PENHA, 2009).

3 CENTRO DE REFERÊNCIA E ATENDIMENTO À MULHER EM SITUAÇÃO DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E SEXUAL FRANCISCA CLOTILDE

3.1 Atividades Características do Centro de Referência Francisca Clotilde

O Centro de Referência e Atendimento à Mulher em Situação de Violência Doméstica e Sexual Francisca Clotilde foi criado em 8 de março de 2006, pela Prefeitura de Fortaleza, sendo vinculado à Coordenadoria Especial de Políticas Públicas para as Mulheres, em parceria com a Secretaria Municipal de Assistência Social – SEMAS.

O Centro de Referência é um equipamento público municipal de atendimento à mulher que sofre violência doméstica ou sexual, no contexto de um trabalho multidisciplinar. Utiliza como estratégias de atendimento ações que proporcionem o fortalecimento da mulher, a compreensão e prevenção da violência, ao mesmo tempo em que procura articular-se à rede de serviços públicos para atendimento às vítimas (ZARANZA; GASPAR; MACIEL, 2008).

A intervenção realizada no Centro de Referência propõe-se a tratar o problema da violência contra a mulher em seus aspectos psico-social, jurídico e educativo, dado que procura abordar:

a complexidade do fenômeno da violência sexista nos seus diversos desdobramentos cotidianos, os quais tanto se expressam sob a necessidade de restabelecimento da saúde psico-física, do resgate da auto-estima e da quebra do ciclo de violência no qual tais mulheres se encontram inseridas, quanto exigem a intervenção sobre necessidades estruturais (habitação, saúde, trabalho, profissionalização) que as mulheres vivenciam nos processos de empobrecimento, exclusão social e em outras experiências da cultura patriarcal e machista (ZARANZA; GASPAR; MACIEL, 2008, p. 76)

O Centro de Referência Francisca Clotilde desenvolve, ainda, a coleta e análise de dados quantitativos e qualitativos acerca dos atendimentos realizados, por meio do “Observatório da Violência”, permitindo a visualização do quadro da violência de gênero no Ceará.

A intervenção do Centro de Referência Francisca Clotilde procura, ainda, detectar fenômenos que envolvam o entrecruzamento da violência com a dependência química, os transtornos mentais e o tráfico de mulheres. Tais problemas não podem ser enfrentados sem outros suportes técnicos especializados, tais como o estreitamento de parcerias com a rede de serviços especializados em combate as drogas, alcoolismo e saúde mental.

De acordo com as Normas Técnicas de Padronização dos Centros de Referência de Atendimento à Mulher, fornecidas pela Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres da Presidência da República, o CR Francisca Clotilde, em sua fase inicial do atendimento, adota a estratégia de acolhimento feito por uma dupla de profissionais, cuja finalidade é “escutar a dor”, procedimento realizado durante o atendimento multiprofissional.

No acolhimento, é feita uma primeira abordagem da problemática apresentada pela mulher e a abertura do prontuário para a coleta de informações quanti-qualitativas acerca do caso atendido. Tais informações funcionam como base para atendimentos futuros àquela mulher.

Na segunda fase do atendimento, é feito o encaminhamento para as especialistas do CR Francisca Clotilde ou para as instituições parceiras da rede de apoio, em acordo com as demandas e necessidades trazidas pelas mulheres e percebidas pelas psicólogas, assistentes sociais, educadoras e advogadas.

Nessa etapa do atendimento, são fornecidas à mulher atendida as informações referentes aos seus direitos: na área social, jurídica, psicológica e de saúde de forma mais ampla, ou ainda de outras áreas.

As usuárias do CR Francisca Clotilde, em sua maioria, tomam conhecimento do trabalho realizado no referido Centro por meio das palestras e oficinas que a equipe técnica realiza junto aos grupos de mulheres organizados pelos Centros de Referência de Assistência Social – CRAS, bem como na rede de saúde e educação, por meio das campanhas contra a violência veiculadas periodicamente pela Prefeitura de Fortaleza e das atividades de interação com a população realizadas em locais públicos (como os terminais de transportes urbanos), organizados pela Coordenadoria da Mulher em uma estratégia chamada Tribunais da Mulher (ZARANZA; GASPAR; MACIEL, 2008).

As mulheres em situação de violência são encaminhadas ao Centro de Referência Francisca Clotilde de forma espontânea ou pelos órgãos: Delegacia de Defesa da Mulher de Fortaleza, Centros de Referência de Assistência Social, Centros de Referência de Especializada de Assistência Social e Juizados de Violência Doméstica e Familiar Contra a Mulher. Já o Centro de Referência Francisca Clotilde encaminha as mulheres usuárias, quando há necessidade, para os setores de saúde física e mental: unidades hospitalares e Centros de Atendimento Psicossocial – CAPS.

Na área da assistência social, os principais parceiros são as instituições que lidam com habitação, geração de emprego e renda e atividades produtivas.

Na área jurídica, os encaminhamentos das vítimas de violência doméstica direcionam-

se, predominantemente, para os Núcleos das Defensorias Públicas das Faculdades que mantêm cursos de Direito, Centro Estadual de Referência e Apoio à Mulher - CERAM, Defensoria Geral do Estado do Ceará, Fórum Clóvis Beviláqua, Delegacia de Defesa da Mulher e Delegacia de Combate à Exploração de Crianças e Adolescentes - DECECA.

Observa-se que o atendimento à mulher em situação de violência deve ser um trabalho em rede, no qual o Centro de Referência Francisca Clotilde é uma célula importante na composição desse trabalho.

3.2 Observatório do Centro de Referência da Mulher Francisca Clotilde

O Observatório do Centro de Referência Francisca Clotilde foi criado em 2007, um ano após a criação desse equipamento, para acompanhar sua contribuição ao combate a violência doméstica, ao mesmo tempo em que pretende compreender o perfil desse tipo de manifestação de violência na cidade de Fortaleza. Entender tal situação é muito importante na tomada de decisão e na elaboração de políticas públicas que erradiquem ou minimizem a situação de sofrimento da mulher em estado de violência.

A Tabela 1 mostra que o número de atendimentos decresceu de 30,57%, no período 2007-2009. O número de retorno de mulheres atendidas elevou-se em 76,01%, o que revela que novas usuárias têm procurado em menor grau os serviços de apoio à mulher vítima de violência.

Tabela 1 – Taxas de crescimento linear e geométrica do número de atendimentos, retornos e total, segundo os meses do ano, no período 2007-2009

Meses	Atendimentos		Retornos		Total	
	Taxa de crescimento linear	Taxa crescimento anual	Taxa crescimento linear	Taxa crescimento anual	Taxa crescimento linear	Taxa crescimento anual
Janeiro	84,31	35,76	62,75	27,57	69,93	30,36
Fevereiro	111,54	45,44	41,56	18,98	59,22	26,18
Março	28,57	13,39	67,71	29,50	54,48	24,29
Abril	-57,84	-35,07	142,86	55,84	28,49	13,35
Maio	-40,86	-23,10	101,08	41,80	30,11	14,06
Junho	-47,06	-27,24	138,10	54,30	55,26	24,60
Julho	-30,91	-16,88	30,85	14,39	8,05	3,95
Agosto	-46,67	-26,97	141,18	55,30	66,37	28,99
Setembro	-34,21	-18,89	337,84	109,25	149,33	57,90
Outubro	-46,15	-26,62	96,43	40,15	27,78	13,04
Novembro	-10,71		81,63		32,38	
Dezembro	175,76		105,88		133,33	
Total	-30,57		76,01		30,18	

Obs.: Não foi possível calcular as taxas de crescimento geométricas para os meses novembro e dezembro, bem como para o total do período dado que as informações para os referidos meses não estão disponíveis.

Fonte: Elaborado pela autora a partir dos dados do Centro de Referência da Mulher Francisca Clotilde

A evolução do número total de atendimentos também pode ser visualizada no Gráfico 1, onde se verifica que os primeiros meses dos anos de 2007 e 2009 registraram maior número de ocorrências. No ano de 2008 ocorreu situação inversa.

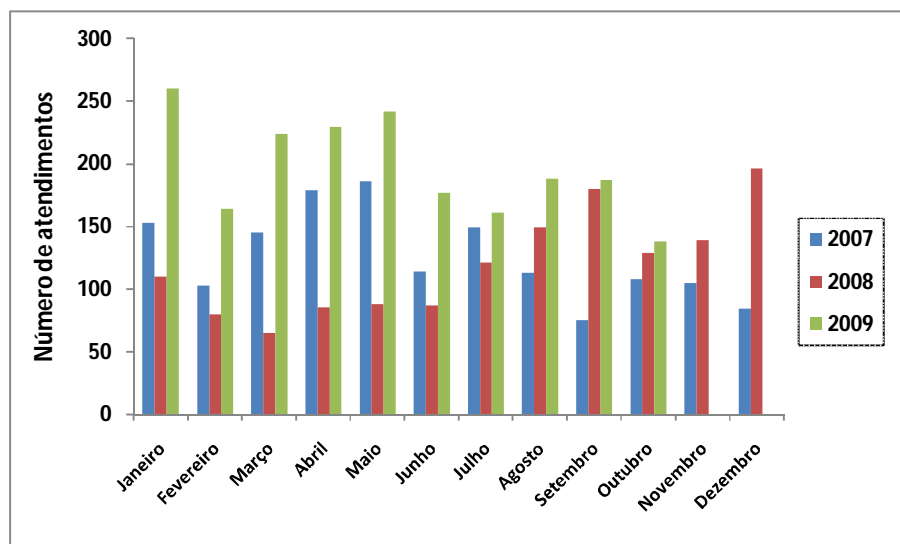


Gráfico 1 – Número de atendimentos e retorno por meses do ano no período 2007-2009

Obs.: No ano de 2009 foram computados os dados para os meses de janeiro a outubro

Fonte: Elaborado pela autora a partir dos dados do Centro de Referência da Mulher Francisca Clotilde

Os atendimentos ocorridos pelo **disque denúncia** – telefone 0800 – também decresceram no ano de 2009, de um modo geral. A demanda por informações de ordem geral liderou o número de atendimentos nesta modalidade (Gráfico 2).

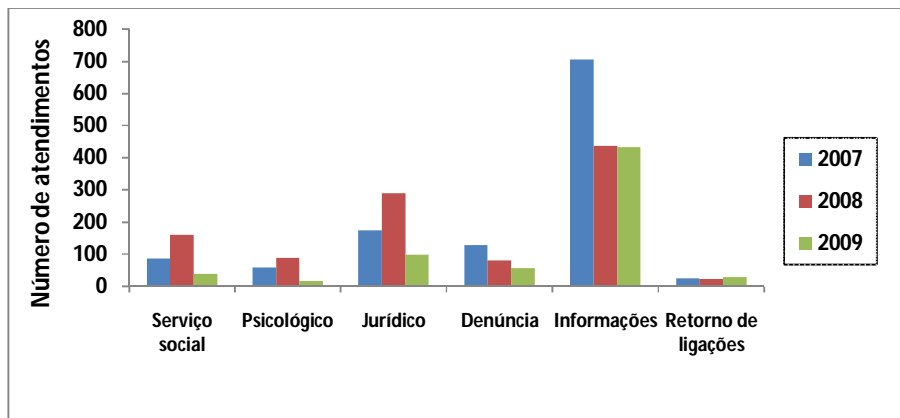


Gráfico 2 – Número de atendimentos do disque denúncia (telefone 0800) segundo o tipo de atendimento no período 2007 - 2009

Obs.: No ano de 2009 foram computados os dados para os meses de janeiro a outubro

Fonte: Elaborado pela autora a partir dos dados do Centro de Referência da Mulher Francisca Clotilde

O Gráfico 3 revela que, para os três anos sob análise, os bairros¹ componentes da Secretaria Executiva Regional V obtiveram maior expressão. Esses bairros também apresentam um histórico de violência geral mais significativo.

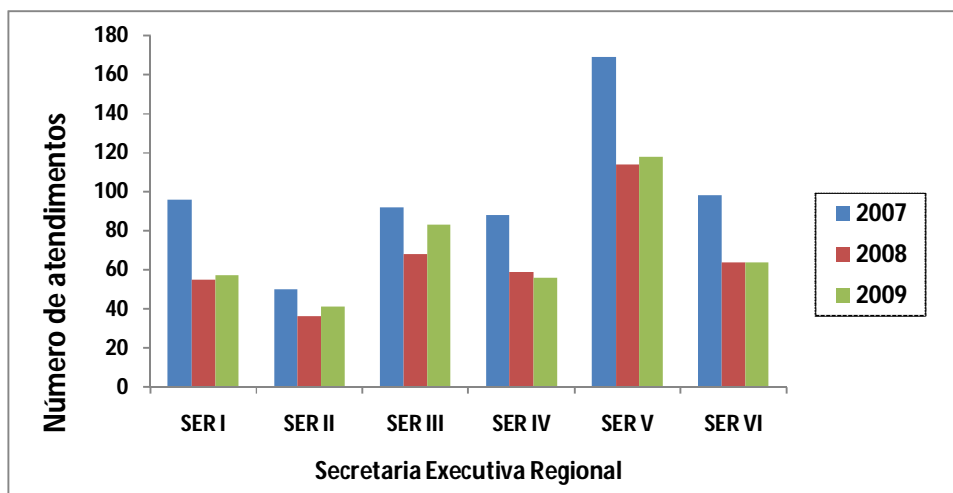


Gráfico 3 – Número de atendimentos por Secretaria Executiva Regional no período 2007-2009

Obs.: No ano de 2009 foram computados os dados para os meses de janeiro a outubro

Fonte: Elaborado pela autora a partir dos dados do Centro de Referência da Mulher Francisca Clotilde

¹ Os bairros da SER V que registraram maior índice de violência contra a mulher no período estudado foram: Bom Jardim, Canindezinho, Conjunto Ceará I e II, Genibaú, Granja Lisboa, Granja Portugal, Maraponga, Mondubim, Planalto Ayrton Senna, Parque Santa Rosa e Prefeito José Walter. Em matéria publicada no Jornal Diário do Nordeste, em 12/04/2009, intitulada “Desigualdade só aumenta”, seis bairros desta SER estão entre os dez bairros de menor renda *per-capita* em Fortaleza: Canindezinho, Genibaú, Granja Lisboa, Granja Portugal, Parque Presidente Vargas e Siqueira.

A Tabela 2 revela as atividades e profissões mais exercidas pelas mulheres em situação de violência e que procuraram atendimento no CR Francisca Clotilde, no período considerado.

Tabela 2 – Atividades profissionais exercidas pelas usuárias do Centro de Referência Francisca Clotilde (Em percentuais)

Atividade/profissão	2007	2008	2009
Aposentada	1,9	2,1	1,3
Artesã	2,1	0,2	0,3
Atividade de serviços e de vendas	14,9	17,7	18,6
Atividades de beleza	3,5	4,8	4,8
Atividades de escritório	1,4	1,0	2,6
Atividades de produção manufatureira	3,5	2,4	2,6
Autônoma	2,7	2,1	1,8
Auxiliar de serviços gerais	1,3	1,9	0,8
Comerciante	2,4	1,2	1,3
Costureira	5,4	5,5	10,7
Diarista	4,0	2,6	5,9
Do lar	17,9	20,3	17,3
Empregadas domésticas	11,8	11,5	12,5
Estudante	2,9	4,3	0,3
Funcionária-pública	0,6	0,7	0,5
Micro-empresária	0,3	0,2	1,0
Não Informou	4,0	5,7	1,5
Outras profissões	1,8	2,9	1,5
Pensionista	0,8	0,2	0,3
Professora/Educadora/gestora	4,2	2,9	2,8
Profissionais da saúde de nível médio e apoio	1,8	1,9	2,8
Profissionais de nível superior	2,1	1,7	1,3
Sem emprego	6,4	5,7	6,1
Serviços de Cozinha	2,2	0,5	1,5
Total	100,0	100,0	100,0

Obs.: No ano de 2009 foram computados os dados para os meses de janeiro a setembro

Fonte: Elaborado pela autora a partir dos dados do Centro de Referência da Mulher Francisca Clotilde

Percebe-se, pela Tabela 2, que as atividades que alcançaram os percentuais mais expressivos não sofrem grandes variações no período de três anos considerados, sendo que as mulheres que se dedicam aos serviços de casa (do lar) ocupam a primeira posição nos anos de 2007 e 2008 e a segunda em 2009. No grupo das atividades de serviços e vendas estão listadas as profissões de atendente de lanchonete, garçom, copeira, camareira, atendente de idosos, auxiliares de vendas, promotora de vendas, balconistas, entre outras, por isso atingem a segunda posição nos anos de 2007 e 2008 e a primeira posição em 2009. O número de mulheres em empregos domésticas ou não-empregadas também é expressivo no ranking das

atividades exercidas pelas usuárias do CR Francisca Clotilde. Já as profissões de nível superior, compostas por administradoras, assistentes sociais, bibliotecárias, economistas, fonoaudiólogas, historiadoras, pedagogas, psicólogas, enfermeiras, bioquímicas, advogadas, contadoras e jornalista oscilam entre 2,1% e 12,3% do total das ocupações registradas nos anos de 2007 e 2009, respectivamente.

De acordo com o Gráfico 4 os tipos de violência contra mulheres que obtiveram maior registro foram violência psicológica, moral e física, especialmente no ano de 2009. Registra-se ainda, no mesmo ano, um número expressivo de casos de violência patrimonial.

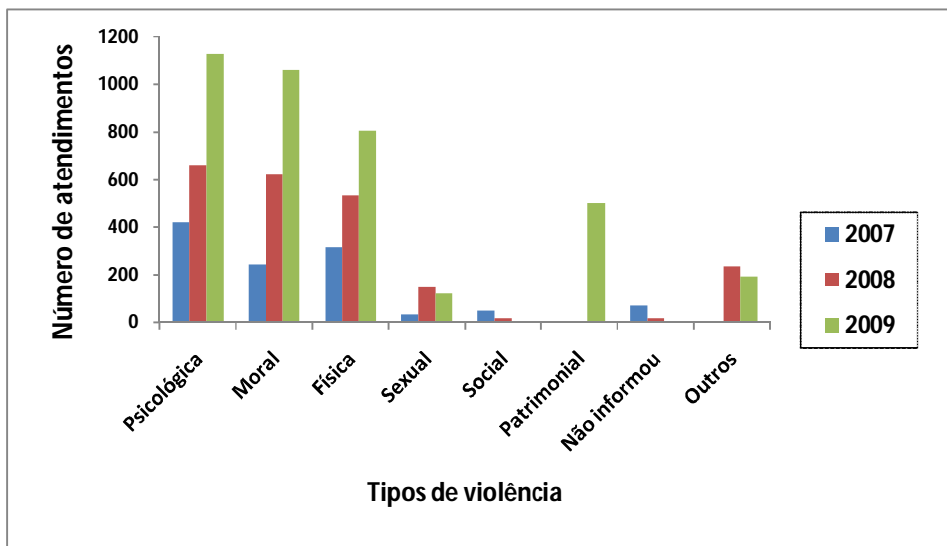


Gráfico 4 – Número de atendimentos segundo o tipo de violência, no período 2007-2009
 Obs.: No ano de 2009 foram computados os dados para os meses de janeiro a outubro
 Fonte: Elaborado pela autora a partir dos dados do Centro de Referência da Mulher Francisca Clotilde

Bruni (2009) reúne os diversos conceitos de violência em seu site: Ana Maria Bruni: Território da Mulher. A violência psicológica é definida como a ação ou omissão destinada a degradar ou controlar as ações, comportamentos, crenças e decisões de outra pessoa por meio de intimidação, manipulação, ameaça direta ou indireta, humilhação, isolamento ou qualquer outra conduta que implique prejuízo à saúde psicológica, à autodeterminação ou ao desenvolvimento pessoal.

A violência moral é a ação destinada a caluniar, difamar ou injuriar a honra ou a reputação da mulher. Já a violência física é a ação ou omissão que coloca em risco ou causa dano à integridade física de uma pessoa.

A violência sexual é a ação que obriga uma pessoa a manter contato sexual, físico ou verbal, ou a participar de outras relações sexuais com uso da força, intimidação, coerção, chantagem, suborno, manipulação, ameaça ou qualquer outro mecanismo que anule ou limite

a vontade pessoal. Considera-se como violência sexual também o fato de o agressor obrigar a vítima a realizar alguns desses atos com terceiros. Consta ainda do Código Penal Brasileiro: a violência sexual pode ser caracterizada de forma física, psicológica ou com ameaça, compreendendo o estupro, a tentativa de estupro, o atentado violento ao pudor e o ato obsceno.

Violência social decorre da própria desigualdade sócio-cultural existente entre os membros de uma sociedade, nesse caso, referindo-se as condições sociais das mulheres. Violência institucional é um tipo de violência motivada por desigualdades (de gênero, étnico-raciais, econômicas etc.) predominantes em diferentes sociedades. Essas desigualdades se formalizam e institucionalizam nas diferentes organizações privadas e aparelhos estatais, como também nos diferentes grupos que constituem essas sociedades. Confunde-se com a violência social.

Violência patrimonial é o ato de violência que implica em dano, perda, subtração, destruição ou retenção de objetos, documentos pessoais, bens e valores.

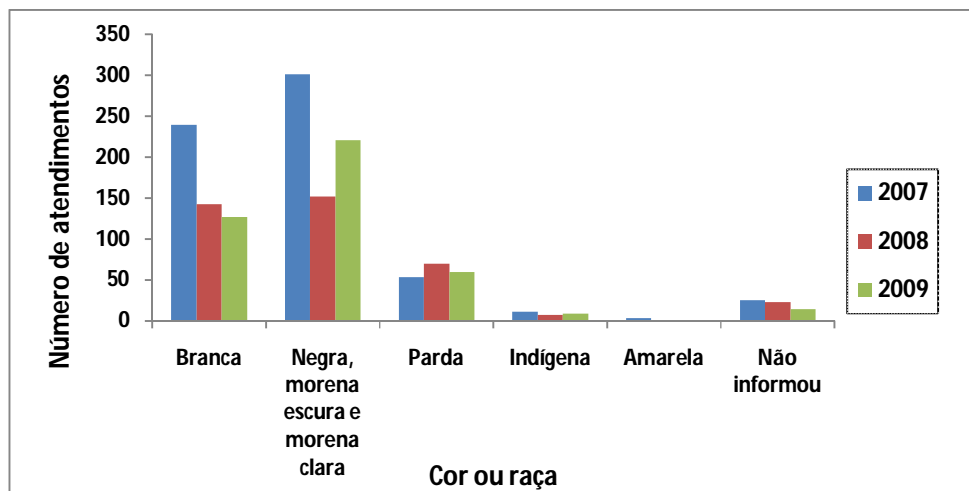


Gráfico 5 – Número de atendimentos por cor ou raça no período 2007-2009

Obs.: No ano de 2009 foram computados os dados para os meses de janeiro a setembro

Fonte: Elaborado pela autora a partir dos dados do Centro de Referência da Mulher Francisca Clotilde

As mulheres que procuraram atendimento no CR Francisca Clotilde, de cor ou raça negra e morena sofreram um índice maior de violência doméstica. Contudo, esse dado pode apresentar distorção, dado que as próprias mulheres têm dificuldade de definir ou assumirem sua cor/raça.

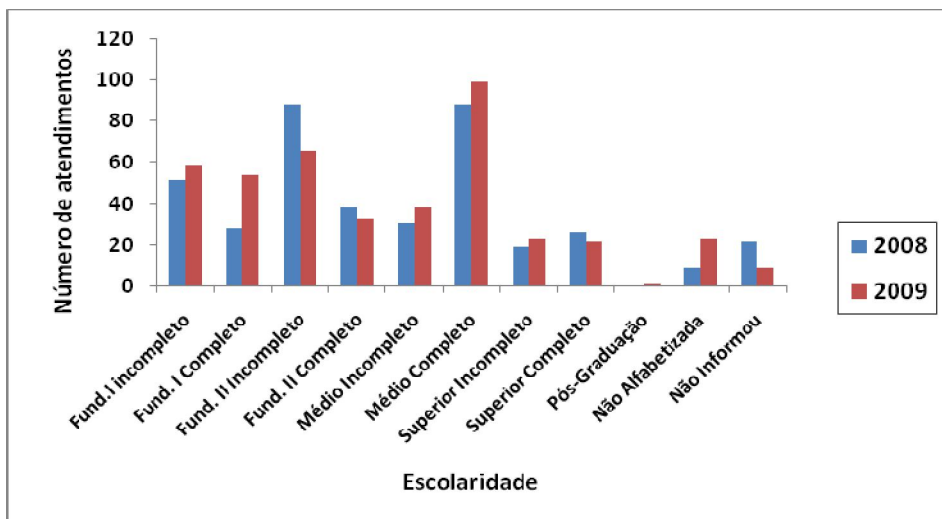


Gráfico 6 – Número de atendimentos por nível de escolaridade no período 2008-2009
 Obs.: No ano de 2009 foram computados os dados para os meses de janeiro a setembro
 Obs.: O ano de 2007 apresenta outra tipologia para os dados de escolaridade
 Fonte: Elaborado pela autora a partir dos dados do Centro de Referência da Mulher Francisca Clotilde

O Gráfico 6 revela que, para os anos de 2008 e 2009, as mulheres que procuraram atendimento no Centro de Referência apresentam, de forma predominante, níveis de escolaridade Ensino fundamental incompleto (32%) e médio completo (22,6%). As mulheres com nível superior incompleto e completo representam 10,9% do total de usuárias que procuraram os serviços ofertados pelo Centro de Referência no período considerado (2008-2009).

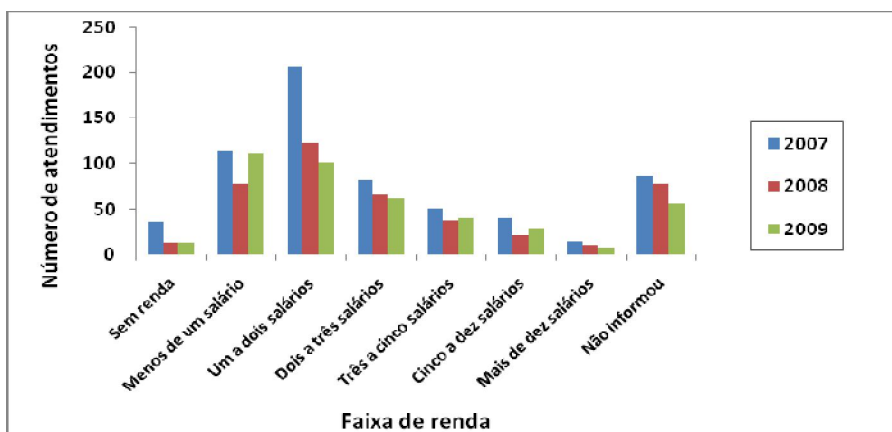


Gráfico 7 – Número de atendimentos por faixa de renda, em salários mínimos, no período 2007-2009
 Obs.: No ano de 2009 foram computados os dados para os meses de janeiro a setembro
 Fonte: Elaborado pela autora a partir dos dados do Centro de Referência da Mulher Francisca Clotilde

Os dados revelam que, em sua maioria, as usuárias do Centro de Referência Francisca Clotilde, sob estudo, não têm renda ou recebem até dois salários mínimos. Desse modo,

registrou-se índices de 56,1%, 50,1% e 53,7% para estas faixas de renda, para os anos 2007, 2008 e 2009, respectivamente. Esta situação pode ser visualizada no Gráfico 7.

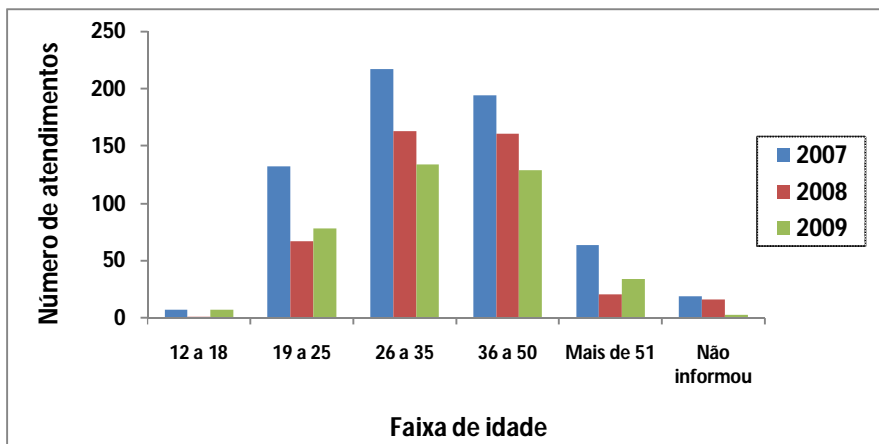


Gráfico 8 – Número de atendimentos por faixa etária, no período 2007-2009

Obs.: No ano de 2009 foram computados os dados para os meses de janeiro a setembro
 Fonte: Elaborado pela autora a partir dos dados do Centro de Referência da Mulher Francisca Clotilde

Um percentual de 64,9%, 74,7% e 68,3% de mulheres usuárias do CR Francisca Clotilde, nos anos 2007, 2008 e 2009, respectivamente, apresentam idade entre 26 e 50 anos. Esse fenômeno pode ser visualizado no Gráfico 8.

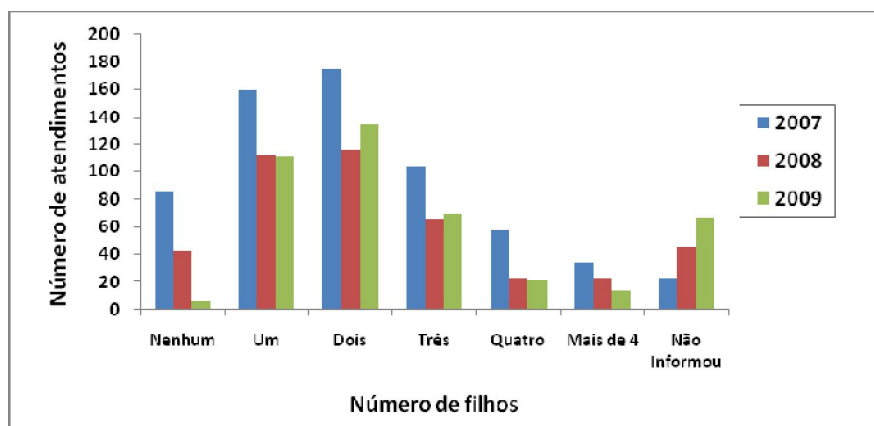


Gráfico 9 – Número de atendimentos segundo o número de filhos, no período 2007-2009

Obs.: No ano de 2009 foram computados os dados para os meses de janeiro a setembro
 Fonte: Elaborado pela autora a partir dos dados do Centro de Referência da Mulher Francisca Clotilde

Um percentual de 12,3%, 9,8% e 1,4% das usuárias do CR Francisca Clotilde, nos anos 2007, 2008 e 2009, respectivamente, não tinha nenhum filho por ocasião do atendimento. A maioria, 68,5% das mulheres atendidas em 2007, 68,9% das mulheres

atendidas em 2008 e 74,5% das mulheres atendidas em 2009 - registrou entre um e três filhos, no momento do atendimento. Essa situação pode ser visualizada no Gráfico 9.

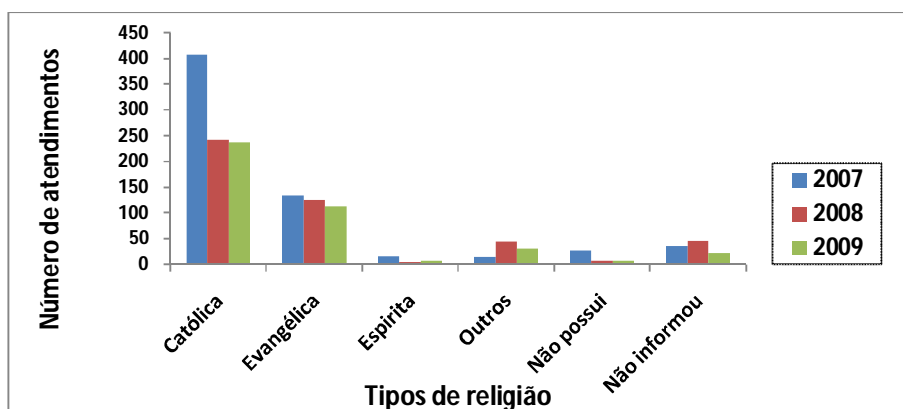


Gráfico 10 – Número de atendimentos segundo o tipo de religião, no período 2007-2009

Obs.: No ano de 2009 foram computados os dados para os meses de janeiro a setembro

Fonte: Elaborado pela autora a partir dos dados do Centro de Referência da Mulher Francisca Clotilde

Quanto ao tipo de religião, 84,3% das usuárias, considerando os três anos (2007-2009) se apresentaram como católicas e evangélicas (Gráfico 10).

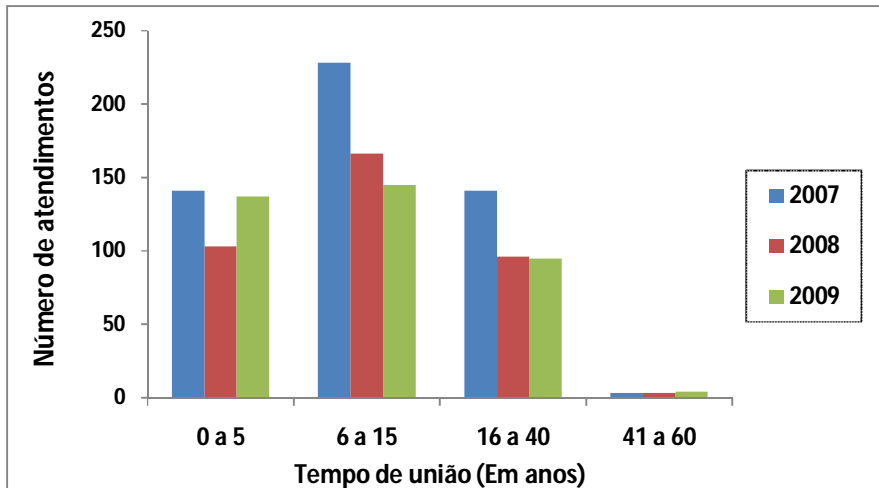


Gráfico 11 – Número de atendimentos segundo o tempo de união, no período 2007-2009

Obs.: No ano de 2009 foram computados os dados para os meses de janeiro a setembro

Fonte: Elaborado pela autora a partir dos dados do Centro de Referência da Mulher Francisca Clotilde

O Gráfico 11 revela que as mulheres atendidas no período considerado estão unidas aos seus companheiros, predominantemente, entre 6 e 15 anos. Contudo, não é desprezível o percentual de mulheres com 16 a 40 anos de união, sendo 23,3%, 21,2% e 22,2%, para os anos de 2007, 2008 e 2009, respectivamente.

No que se refere ao grau de parentesco do agressor, informado pela mulher em situação de violência, registra-se percentuais de 76,9%, 72,4% e 76,1%, nos anos de 2007, 2008 e 2009, respectivamente, de companheiros, ex-companheiros, maridos e namorados, ou seja, homens que estão convivendo com suas vítimas (Tabela 3).

Tabela 3 – Grau de parentesco dos agressores segundo o depoimento das usuárias do CR Francisca Clotilde, no período 2007-2009 (Valores percentuais)

Grau de parentesco	2007	2008	2009
Companheiro	37,3	28,8	28,0
Ex-companheiro	16,3	17,4	23,4
Marido	22,8	25,4	23,9
Namorado	0,5	0,8	0,7
Ex-marido	2,8	3,0	4,5
Ex-namorado	1,6	2,2	2,6
Não informou	3,5	1,4	6,0
Outros	15,2	20,9	10,8
Total	100,0	100,0	100,0

Fonte: Elaborado pela autora a partir dos dados do Centro de Referência da Mulher Francisca Clotilde

Esta situação também pode ser observada no Gráfico 12. Ressalta-se que na rubrica “outros” estão listados amigos, vizinhos, colegas de trabalho, outros parentes, tais como sogros, tios, primos, filhos, padrastos, cunhados.

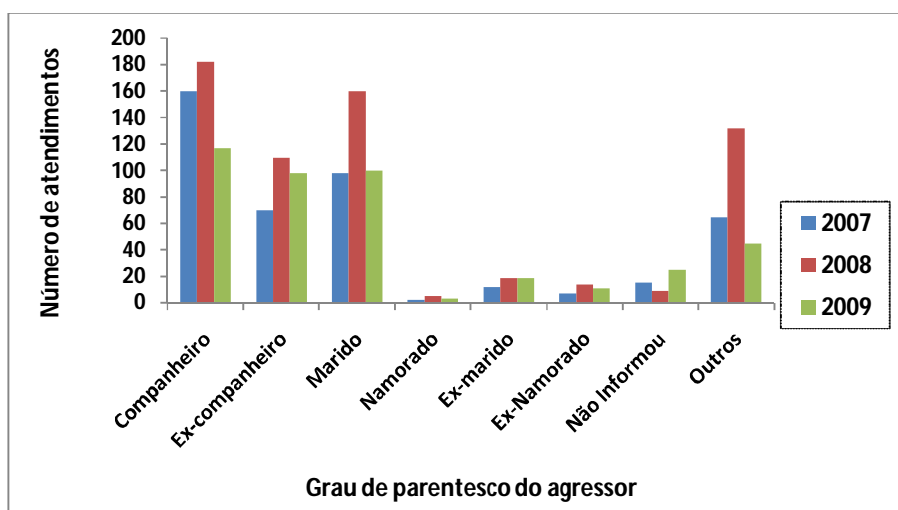


Gráfico 12 – Grau de parentesco do agressor percebido a partir do número de atendimentos, no período 2007-2009

Obs.: No ano de 2009 foram computados os dados para os meses de janeiro a setembro

Fonte: Elaborado pela autora a partir dos dados do Centro de Referência da Mulher Francisca Clotilde

Foi revelado, ainda, que os agressores, em geral, exercem as atividades/profissão de comerciante, pedreiros, pintores, mecânicos, vigilantes, aposentados e sem ocupação.

Esses homens agressores, denunciados por suas vítimas, estão distribuídos em todos os níveis de escolaridade, com discreta predominância para aqueles que apresentam o ensino fundamental I incompleto, 28,7%. Os demais níveis de escolaridade apresentam algo em torno de 10%, quase que uniformemente distribuídos.

O Observatório da violência contra mulher do CR Francisca Clotilde é bastante revelador sobre a situação de violência sofrida pela mulher, considerando seu perfil e as características do agressor, útil para a tomada de decisão e a formulação de políticas públicas.

4 RESULTADOS DA PESQUISA DE CAMPO

Para cumprir o objetivo geral desta pesquisa, de conhecer as percepções dos profissionais da equipe do Centro de Referência de Atendimento à Mulher Vítima de Violência Doméstica e Sexual Francisca Clotilde – Fortaleza – sobre o fenômeno violência contra a mulher a partir dos atendimentos realizados no âmbito do próprio Centro de Referência, foram realizadas entrevistas com a equipe técnica multidisciplinar do Centro, no período de dezembro de 2009. As entrevistas consistiam de três perguntas fundamentais, para compreender como estes profissionais percebem a violência contra a mulher, bem como seus próprios papéis para amenizar o sofrimento das usuárias do CR:

Desse modo, as perguntas foram:

- 1 Qual a sua percepção sobre a violência sofrida pela mulher?
- 2 Como o seu trabalho no Centro de Referência Francisca Clotilde contribui para minimizar o sofrimento dessa mulher vítima de violência?
- 3 Como a mulher permanece no ciclo da violência e porque é tão difícil quebrar esse mecanismo?

As técnicas do Centro de Referência Francisca Clotilde percebem a violência sofrida pela mulher como algo generalizado, fruto de uma cultura machista perpetuada ao longo do tempo e que impele a mulher a entender como natural a violência sofrida por ela. Acrescentam que a mulher tem dificuldade de perceber outro tipo de violência que não seja a física. Os outros tipos de violência, tais como a psicológica, moral, sexual, patrimonial, somente chegam a ser percebidos por ocasião dos atendimentos, quando as mulheres começam a contar suas histórias:

[...] no decorrer do atendimento quando a gente pergunta para ela o que estar acontecendo e elas vão relatando e muitas vezes sem saber a violência que estão sofrendo porque na maioria das vezes elas acham que a violência é só física e não a psicológica, a moral e isso às vezes elas não deixam transparecer [...] elas acham que a violência é só aquela que machuca que deixa hematomas e elas não percebem que há outros tipos de violência, elas não têm conhecimento que existem outros tipos de violência para elas só existe a física e pronto.

Tem mulheres que chegam no Centro de Referência que querem só alguma orientação jurídica para questão de pensão alimentícia [...] então quando a gente começa a conversar e a puxar o porque da separação, o que aconteceu

que você se separou e tal, elas vão relatando “ah, porque ele me chamava de nome, ele fazia isso, ele não deixava eu sair de casa” então no decorrer do atendimento a gente vai vendo que ela passou por algum tipo de violência e ela não reconhecia isso [...].

(Entrevistada 1).

Foi relatada a questão da violência simbólica, em que a mulher também não percebe que está sendo violentada, como por exemplo, na música, onde parece se registrar uma presença muito forte de violência simbólica:

A violência... ela é muito ampla, né... pode ser até a violência simbólica. As vezes a mulher... ela... está num ciclo de violência e nem ela mesmo percebe que está sendo violentada [...], então quando a gente trabalha com a violência [...] estudou um certo período sobre a violência [...] acaba tendo uma sensibilidade maior a respeito da violência.

Você... quando você escuta uma música que violenta a mulher, você já percebe que aquela música é uma violência contra a mulher, mas aquela mulher que tá dançando lá no forró nem percebe que a violência é contra ela, ta lá dançando, cantando e gritando, né..., vai cachorra, vai safada [...] não está percebendo que é contra ela, né..., [...] fora as violências mais sutis ainda que essa, o xingar, o “você não vai não, você só vai se for comigo”, né...

(Entrevistada 5).

Os aspectos culturais, no contexto da sociedade, também têm imposto a necessidade das mulheres serem casadas, ou terem companheiros para se sentirem mulheres. Além disso, a mulher se submete à violência devido a dependência financeira e a dependência emocional:

Pelo o que a gente ver aqui no Centro de Referência a maioria das mulheres sofrem muito com relação ao machismo né, que é muito forte na nossa cultura principalmente aqui no nordeste, né..., então a violência contra a mulher vem muito disso daí dessa cultura machista que envolve a nossa sociedade especificamente aqui no Ceará. E as mulheres que são atendidas no Centro de Referência tem muito a questão social, a questão da pobreza, né..., elas se submetem a certa situação porque não têm para onde ir, não têm onde morar a família mora no interior, né..., então o agressor é quem dar o dinheiro é quem bota comida na panela então acho que muitas vezes elas se submetem por causa da dependência financeira, mesmo.

(Entrevistada 2).

[...] nos atendimentos a pessoa começa a perceber que aquilo lá é violência e que muitas daquelas práticas são crimes [...] mas geralmente muito fragilizadas, sem autonomia, nenhuma independência, uma dependência emocional muito grande [...] a sociedade cobra muito que você tenha marido, que você, né..., seja mãe, que você cuide da casa, então é muito difícil fugir desse padrão, né...

(Entrevistada 3).

[...] tem muitas formas de ter a violência, né... tem a questão cultural, de que a mulher sempre ficou submetida ao desejo, as vontades e a motricidade dos homens [...] não tinha um espaço próprio ela foi conquistando aos poucos com muita luta, né... isso pra mim é a questão central da violência contra a mulher, né... que é a desigualdade de gênero que os homens podem o que as mulheres não podem [...].

[...] ninguém casa prá que não dê certo... e a gente casa, de novo a questão cultural, né..., prá manter o casamento [...] as mulheres ficam muito subjugadas a essa questão de precisar de um homem, né... na nossa sociedade até bem pouco tempo uma mulher divorciada, separada era muito mal vista, então tem essa necessidade das mulheres estarem vinculadas ao homem pra se sentir mais mulher, a história do amor romântico de que é “a gente só é completa se tiver um amor” todas essas questões envolvem e fazem com que a mulher entre no ciclo da violência.

(Entrevistada 6).

As técnicas do Centro de Referência Francisca Clotilde percebem que suas atividades, no âmbito do Centro, contribuem para minimizar o sofrimento da mulher vítima de violência. É um apoio de primeiro momento de grande importância para o fortalecimento da mulher, é um espaço de acolhimento da mulher em situação de violência.

Eu acredito que o trabalho que eu realizo aqui [...] é uma referência [...] para essas mulheres que precisam de ajuda né..., que nos procuram tão fragilizadas e que apenas num atendimento elas já saem mais confiantes, né..., dispostas a encarar essa situação e a querer sair dela, né..., então eu acho que a gente ajuda é com relação a isso, esse primeiro atendimento, esse primeiro contato seria de fortalecimento.

(Entrevistada 2).

O Centro de Referência no geral é um espaço de acolhimento e isso não existia até pouco tempo [...] não existia um espaço é... especializado para combater essa realidade porque a violência doméstica contra as mulheres é uma realidade no mundo, né..., ainda e no Brasil também, então o Centro é um espaço muito importante em que as mulheres podem recorrer sem se sentir discriminadas, sem se sentir julgadas, é... sem pressões. Muitas vezes as mulheres vêm... estão certas de que vão fazer um B.O. [...] a importância do Centro de Referência que vai desde o acolhimento, as orientações e o acompanhamento.

(Entrevistada 3).

Contudo, esse trabalho é incipiente, deveria ser aprofundado, acompanhado para que as mulheres vítimas de violência se sentissem fortalecidas o suficiente para modificar um quadro estabelecido culturalmente ao longo do tempo.

[...] a gente não tem como fazer um trabalho mais aprofundado, né..., eu acho que se fosse um trabalho mais terapêutico, mais especificamente da minha área, um trabalho a longo prazo aí sim muita coisa viria a florescer, viria a tona[...]

(Entrevistada 2).

Também listaram como pontos importantes a divulgação das atividades do CR Francisca Clotilde nas comunidades e bairros de Fortaleza, onde estão as mulheres vítimas de violência, dado que estas, ao tomarem conhecimento de tais atividades, podem procurá-las.

[...] o mais importante... são as palestras que a gente ... faz externas... muitas vezes a gente vai nas comunidades, nas escolas, nos CRAS. [...] divulgar o serviço do Centro de Referência da Mulher, o trabalho e a existência do Centro de Referência nas comunidades, nos colégios, para os jovens do Projovem [...] na maioria das vezes são para comunidades que não conhecem o trabalho do Centro e que nem sequer sabem da existência do Centro de Referência e também na Delegacia da Mulher [...]. Também tem as oficinas temáticas que trabalha com o empoderamento da mulher para ela romper o ciclo da violência para ela sair daquele ciclo, não voltar mais para o agressor e agente faz esse tipo de trabalho aqui no Centro de Referência também.

(Entrevistada 1).

As técnicas entrevistadas também ressaltaram a importância da conscientização por parte da mulher de que ela vive em situação de violência e que ela pode modificar este quadro. Ressaltaram, ainda, a importância do atendimento jurídico, dado que muitas mulheres, por falta de recursos ou por falta de informações, não procuram esse tipo de atendimento e, portanto não se beneficiam de direitos já adquiridos.

O meu trabalho especificamente que é o jurídico, eu acho que é muito interessante porque é uma questão de estar perto das pessoas, porque quando se fala em audiência, se fala em juiz, fala em fórum [...] muitas vezes as pessoas deixam de conseguir as coisas porque não sabem o próximo passo, não sabem que para conseguir a pensão alimentícia têm que entrar na justiça, até que isso hoje em dia já é mais do conhecimento geral das pessoas, mas muita gente sem informação deixa de ir atrás das coisas “ah se eu soubesse disso eu já tinha ido atrás a muito tempo”.

[...] além de orientar eu vejo muito essa coisa de aproximar as pessoas, as mulheres da realidade do judiciário, do atendimento da Defensoria, de dar o toque, porque a justiça existe para as pessoas então as pessoas devem ir atrás. Eu sou totalmente contra a justiça elitista, né..., tem muita gente que diz que a justiça só é para quem tem dinheiro, quem tem conhecimento e não é verdade, então, o desafio que eu tenho é muito grande aqui... é fazer com que essas pessoas que não têm muita informação que não têm muito recurso consigam atingir o seu objetivo através da justiça [...].

Obs.: B.O. significa Boletim de Ocorrência.

(Entrevistada 3).

Eu acho que uma mulher quando busca um serviço desses [...] antes de ser ajudada ela quer ser escutada [...] quer romper o ciclo, ela não quer naquele momento sair da situação de violência ela quer que alguém escute o seu desabafo. [...] as pessoas que trabalham aqui contribui para que? pra escutar aquela mulher e de alguma forma despida de qualquer preconceito, de qualquer juízo de valor fazer com que ela entenda que aquilo que ela está vivendo é uma situação de violência e que ela tem todo direito de romper aquilo que no momento ela julgar oportuno, as mulheres estão muito alheia aos direitos que elas têm.

Elas têm aquela cultura muito antiga de achar que não pode sair do casamento porque senão vai perder seus direitos, e aqui a gente vai esclarecer que tipo de direitos que a mulher tem quando sai de uma relação [...] do ponto de vista jurídico [...]

Elas chegam aqui sabendo que a Lei Maria da Penha existe e algumas acreditam que a lei tem certo rigor, outras com o transcorrer do tempo acham que a lei já não é essas coisas todas, mas elas ainda acham que a Lei Maria da Penha é aquela que vai prender o marido, por isso que muitas vezes elas não querem utilizar a lei porque elas acham que a lei vai prender o agressor elas tem essa idéia distorcida, não vêem a lei como uma forma de protegê-las e sim como uma forma de punir o agressor.

(Entrevistada 4).

As técnicas entrevistadas percebem que a mulher permanece no ciclo da violência e o quanto é difícil quebrar esse mecanismo devido à dependência financeira, por gostar, ou ser dependente, emocionalmente, da pessoa e por causa dos filhos. Pelas falas fica claro que a dependência emocional, ou seja, uma necessidade íntima de continuar a conviver com o agressor, tem se apresentado muito forte.

[...] ela permanece no ciclo da violência muitas vezes pela dependência financeira [...] ela depende financeiramente daquela pessoa, porque ela não tem emprego, ela não tem renda, não tem o apoio da família [...] e também pelo lado emocional porque gostam da pessoa, não têm coragem de sair daquela relação. As vezes é uma relação de muito tempo, tem a questão dos filhos... não querem magoar os filhos [...] Embora vivam no ciclo da violência não querem sair por esses três motivos: a dependência financeira, por gostar da pessoa e por causa dos filhos. [...] Às vezes acontece muito da mulher se sentir culpada, ela passa de vítima a culpada “ah, mas isso aconteceu porque eu fiz por onde... ele disse que eu não era para sair de casa, para eu não ir na padaria e eu fui, eu cheguei ele brigou comigo e me bateu, então eu fiz por onde a coisa acontecesse” [...] “eu provoquei eu mereci mesmo”... de vítima passam a ser a culpada [...] e ela por gostar demais do marido acaba deixando passar em branco “ah, ele disse que vai mudar então pronto vamos tentar mais uma vez”

E quando chega nesse nível da mulher defender o agressor nós orientamos a mulher dizendo o que é certo e o que é errado, o nosso posicionamento como profissional do Centro de Referência da Mulher, e damos a nossa sugestão,

mas a mulher atende se ela quiser, nós não podemos dizer que ela tem que se separar, apenas damos orientações, damos exemplos de outros atendimentos que começam com a agressão psicológica com as ameaças, com a agressão verbal e depois passa para a agressão física.

O trabalho dela (da mulher) em relação a isso (atitude a ser tomada em relação à violência) é muito importante, pois se elas não trabalharem juntamente com a gente, não tem como o trabalho caminhar e a gente depende muito do esforço delas, nós orientamos para o que é correto, mas se vai pelo caminho errado nós não podemos agir... é como a recusa de abrigo, a mulher está passando por uma situação de violência, correndo risco de morte e ela não quer ser abrigada, não tem como a gente obrigar ela ir para o abrigo, mas ela assina um termo de responsabilidade de isentar o Centro de Referência de qualquer coisa que venha acontecer... porque se no dia seguinte aparecer a notícia de que “fulana de tal” morreu e foi atendida no dia anterior no Centro de Referência, nós temos o termo de responsabilidade assinado por ela recusando o encaminhamento feito para ela...

(Entrevistada 1).

A mulher permanece no ciclo devido a questão da dependência, existe a financeira existe a dependência emocional porque “ah, não vou encontrar outra pessoa, ah, porque é assim mesmo” [...] “ah, porque eu mereci apanhar, né... eu levantei a voz e mereci levar uns tapas”... e a gente sabe que não é assim, mas devido, digamos, a ignorância social e a ignorância de não saber, de não entender, de ser subjugada as vezes também é uma questão de educação, já que vem de gerações, né..., a gente vê muito isso em mulheres que vem do interior onde [...] o ciclo da violência é bem mais profundo e bem mais difícil de ser quebrado. A gente vê mulheres que saíram de um relacionamento entram em outro muito parecido, né... então realmente é uma questão de haver na rede um trabalho de apoio bem mais aprofundado e mais contínuo com essas mulheres.

(Entrevistada 2).

Muitas vezes a dependência emocional é muito forte, tem muita mulher que tem o recurso, que poderia se sustentar sozinha, que tem uma família que apóia, mas que acha que não conseguiria viver sem aquela relação, por isso, que a gente muitas vezes até encaminha para o MADA (Mulheres Que Amam Demais Anônimas) para tentar quebrar um pouco esse vínculo, né... E é difícil quebrar esse ciclo da violência, porque elas acham que porque casou tem que ficar com a pessoa para o resto da vida [...] o novo em si é muito assustador... imagina uma coisa nova que vai envolver delegacia, processo, né... muitas vezes a mulher vai ter que começar a se virar sozinha, as vezes a mulher está disposta a fazer tudo isso e o cara fica ameaçando, então o medo de que as ameaças se concretizem... tudo isso faz com que seja muito difícil quebrar esse vínculo e enfrentar o mundo sozinha.

(Entrevistada 3).

Eu acho que muitas delas (mulheres) têm uma questão de dependência emocional muito forte, eu particularmente encaro assim, que a mulher é muito mais emoção do que razão, então quando ela entra num relacionamento ela entra numa relação prá dar certo, então ela se cobra muito, de repente sai daquela situação e vai se separar de quem? Do pai dos filhos dela é como se ela fosse a responsável de tudo aquilo ali [...] se o casamento não der certo como é que vão ficar os filhos, como é que ela vai ficar separada, como é que ela vai ficar longe da pessoa que ela gosta... é por isso que é difícil romper essa relação... por essa dependência emocional... também tem a questão cultural de achar que seria complicado sair daquela situação de violência, e ... muitas vezes [...] ela (a mulher) não enxerga que está numa situação de violência [...] são inúmeras as mulheres que chegam aqui dizendo “não, mas ele é um bom homem, ele é um bom pai, ele coloca tudo dentro de casa”... “mas ele não faz nada comigo não” aí ela começa “ele só me chama disso daquilo outro”.

[...] difícil quebrar esse ciclo de violência, primeiro porque elas não enxergam, não entendem e em segundo porque elas não têm coragem ainda de romper, ou porque não tem apoio ou porque [...] elas não enxergam que estão se protegendo elas enxergam que estão punindo o outro, e punir o pai dos filhos dela é muito complicado, porque os filhos cobram, por que as outras pessoas cobram, porque ela acha que não é certo então são várias culpas que elas carregam.

(Entrevistada 4).

[...] ela permanece no ciclo por vários motivos, as pessoas dizem que pela questão da dependência emocional, existe o fator da dependência financeira [...] a gente mulher nasce com aquela concepção... assim cresce com aquela concepção de que é ensinado na escolinha, né..., o ser humano nasce, cresce, envelhece... quem é que reproduz? quem é que tem bebê? [...] então a mulher foi criada prá casar, pelo menos no nosso sistema patriarcal, e aqui no nordeste, principalmente, né..., ter filhos... ser uma boa mãe, uma boa dona de casa [...] então mesmo dentro de um casamento, mesmo que um casamento não oficializado... que esteja vivendo junto, vivendo uma união conjugal estável, mas que não esteja plenamente satisfeito... devido a qualquer tipo de violência... a opinião da família, dos amigos e até os seus conceitos vindo dos avós, da mãe o seu senso comum vai valer muito ali, naquela hora, né..., “ah, eu não vou deixar ele por causa dos meus filhos, ah, mas ele foi meu primeiro amor, ah, mais eu ainda gosto dele” mas será que gosta mas será que é amor? O que é amor? né..., [...] essa concepção de amor, de casamento [...] é um dos fatores que as mulheres se prendem muito para se manter no ciclo. Também o financeiro... a dependência emocional.

(Entrevistada 5).

Também existem as ameaças sofridas pelas mulheres por parte de seus agressores, o que faz com que elas sintam medo de desfazer a relação, dado que muitas vezes esses agressores, em geral, maridos, companheiros são realmente indivíduos violentos, que mantêm armas (facas, armas de fogo) de forma ilícita e/ou respondem processo criminal.

[...] o povo acredita muito nesse negócio de que “eu sofro violência mais eu não posso sair da minha casa porque senão é abandono de lar” e isso não existe ou então “eu tenho direito a essa casa porque a casa é dos meus filhos” [...] muitas vezes os homens usam essa questão em que ele ameaça tomar o filho [...] é uma forma de atingir a mulher porque além dele não querer a guarda do filho [...] mas a mulher não entende como é a lei em relação a isso, então fica amedrontada realmente... a maioria tem uma visão equivocada da legislação [...] tudo isso a gente orienta.

O Centro de Referência tem uma avaliação de risco que contém várias perguntinhas que faz com que a gente tenha uma idéia geral do histórico daquela mulher e se a situação que ela está vivenciando é realmente uma situação de risco... com base na violência que ela já sofreu, né..., há mulheres que já foram agredidas com faca ou com outros objetos... com arma de fogo, ou então a gente faz uma busca no site do ministério da justiça para saber se os companheiros ou maridos ou quem esteja ameaçando ou agredindo tem ficha policial, se responde processo, porque tudo isso significa risco [...] que se ela voltar pra casa pode acontecer uma coisa pior.

(Entrevistada 3).

Outro fato observado nas entrevistas refere-se a banalização da violência, dado que para elas (as técnicas entrevistadas) as mulheres nem percebem que estão em situação de violência, e veem como natural o tipo de relacionamento mantido com o parceiro.

Ela (a mulher) permanece por diversas razões [...] a questão da naturalização, muitas vezes ela não se reconhece numa situação de violência, não sabem que aquilo é violência, né..., as mães sofriram, as avós sofriram, então a questão cultural é muito forte e mesmo quando se percebem as pessoas podem não saber que aquilo é violência [...] mas sabe que está sofrendo, então tem alguma coisa errada, né...

Mas, são as pressões da sociedade, da igreja, né..., pelo que eu sei todas as religiões exercem essa pressão [...] a mulher tem que ser casada, né..., que seja submissa ao marido muitas vezes [...] elas permanecem com seus agressores porque os vizinhos vão falar ou porque a família acha que “ah, porque você saiu da minha casa então se vire com seu marido” [...] têm mulheres que não tem para quem recorrer e até por dependência financeira, tem mulher que não só não trabalham como também deixaram de estudar porque casou porque teve filho [...] o marido nunca permitiu, não quer que a mulher trabalhe... porque não quer que a mulher seja independente, quer manter a pessoa sob a sua dominação. Então a dependência financeira é um dos grandes fatores...

(Entrevistada 3).

Ao longo dos depoimentos percebe-se que a violência contra a mulher ainda é muito expressiva, visualizada como algo cultural, ao mesmo tempo em que fatores emocionais constituem-se em parte da explicação do fenômeno. A mulher parece compreender a violência

como algo natural de sua condição de mulher e própria convivência conjugal.

As mulheres que procuram o CR Francisca Clotilde são atendidas e encaminhadas para setores adequados à sua situação, a exemplo dos setores de saúde, jurídico, psicológico, entre outros.

É um consenso entre as técnicas entrevistadas a grande dificuldade das mulheres saírem da situação de violência sofrida por elas, dado os fatores culturais, bem como os relacionados a dependência econômica e emocional, expressas pelo tempo de união, existência de filhos, ausência de ajuda familiar, entre outros fatores. Também, a posição social da mulher no contexto social exerce função importante no sentido de preservar o *status quo* de violência doméstica:

As mulheres também tem as suas estratégias, elas não se mantêm totalmente passivas numa relação de muito tempo, elas também, em algum momento, elas reagem, elas revidam, mas não o suficiente pra romper, né... então é uma relação doentia entre a mulher e o homem [...] muitas coisas mantêm a mulher no ciclo de violência, mas no fundo ela deseja romper, ela só não sabe como, ela não tem força, muitas que chegam aqui não tem força de dizer assim “eu vou mandar ele sair de casa ou eu mesmo vou sair com meus filhos”, mas é uma mudança de vida muito radical pra elas, então precisa ser trabalhada, precisa ser construída passo a passo [...] muitas permanecem vinte anos, aí quando ia fazer vinte e um anos de casada ela resolveu romper porque chegou o limite dela, e ela conseguiu ter estrutura prá fazer aquilo, né..., de romper, mas é muito difícil não é fácil não.

[...] a cultura, ela é o norteadora das relações, né..., o que a gente vive hoje não pode estar associado ao que aconteceu antes, tudo tem uma ligação, tudo tem uma razão de ser, então romper cultura, essa questão dos mitos, né..., “em briga de marido e mulher ninguém mete a colher”, “ah, casou é pra vida toda” essas coisas que a gente vai construindo [...] Eu tenho muito dito para as meninas que a gente... com a Lei Maria da Penha, a gente está plantando as sementes, né..., é muito recente eu acho que as gerações que vão se apropriar de fato disso vão ser as futuras, né..., porque ... eu imagino [...] hoje as adolescentes, elas não se subjugam aos meninos, né..., já é uma mudança, mas é de pouquinho em pouquinho e aí a gente tem certeza dessa luta diária, né...

[...] coisa mais gratificante é quando uma mulher chega aqui e diz “olha, eu consegui romper” depois de muito tempo, né... “eu mudei minha vida” você ver que até a fisionomia, o aspecto da mulher melhora, mas sem um trabalho psicológico forte de apoio, de orientação, isso que a gente faz aqui [...].

(Entrevistada 6).

5 CONCLUSÃO

Para conhecer as percepções das técnicas componentes da equipe do Centro de Referência Francisca Clotilde sobre a violência sofrida pela mulher foi percorrido um longo caminho, dado a complexidade do fenômeno, que envolve uma multiplicidade de fatores.

De princípio, foi estudado o conceito de violência enfatizando que ela tem muitos tipos, que normalmente se sobrepõem: violência física, psicológica, moral, social, patrimonial.

A violência contra a mulher deve ser enfrentada, e para isso há muitas formas, entre elas estão os programas e políticas governamentais operacionalizados por instituições governamentais e não-governamentais.

As atividades atualmente existentes para o enfrentamento da violência foram conquistadas pelas mulheres, notadamente dos movimentos feministas, no Brasil e no mundo, a partir de uma luta contínua. Não tem sido fácil reconhecer os papéis exercidos por homens e mulheres, de forma que minimize a violência de gênero.

Primeiro, observam-se as questões histórico-culturais das diversas sociedades, onde as mulheres exerceram, na maioria das vezes, papéis submissos ao homem. Segundo, e em decorrência destas questões histórico-culturais, registram-se situações de dependência financeira, psicológica, emocional que impelem a mulher a viver praticamente toda a sua vida em situação de violência.

No Brasil, os órgãos de proteção a mulher, em sua maioria, criados nas décadas de 1980 e 1990, têm ajudado no enfrentamento a violência de gênero, a exemplo do SOS-Mulher, criado inicialmente em São Paulo e depois estendido a outros estados, das Delegacias de Defesa da Mulher, dos Centros de Referência de Atendimento a Mulher em situação de Violência, das Casas abrigo, entre outros órgãos, que mantêm atendimento psicológico, jurídico ou de proteção à mulher.

Contudo, esses órgãos de enfrentamento ainda são insuficientes, tanto em número quanto em extensão de suas atividades. Na maioria deles, há um atendimento inicial e até alguns encaminhamentos, mas não há uma atenção contínua para preparar a mulher psicologicamente para sair do estado de violência em que se encontra.

Esta foi uma preocupação revelada claramente nas entrevistas, onde algumas técnicas mostraram a necessidade do atendimento continuado, visto que um fenômeno tão

complexo necessita de uma grande quantidade de tempo para ser sanado.

Os depoimentos das profissionais do Centro de Referência Francisca Clotilde, ambiente da pesquisa, revelaram que a mulher que sofre violência tem baixa auto-estima, não acredita em si mesma, e apresenta grande dependência emocional do relacionamento em que vive. Parece procurar na necessidade da manutenção do casamento/união, da presença dos filhos, da falta de apoio familiar e institucional, da falta de trabalho que gere renda os motivos para não enfrentar a violência sofrida no seu próprio lar, tornando-se assim um fenômeno de muito difícil resolução.

Registra-se, ainda, a grande desinformação da mulher em relação aos seus direitos em caso de separação, guarda dos filhos, pensão, direito a abrigo, entre outros.

Não é possível desprezar as ameaças sofridas por estas mulheres, das quais muitas vezes convivem com homens com histórico de violência em geral, ou que respondem a outros processos judiciais, devido a crimes de diversos tipos, já cometidos.

Dessa forma, somente um grande programa de conscientização, aliado a programas efetivos e contínuos de atendimento à mulher podem minimizar a violência de gênero, a partir do esclarecimento de seus direitos e, sobretudo, do apoio psicológico para o seu fortalecimento emocional.

REFERÊNCIAS

- ANGULO-TUESTA, Antonia de Jesús. **Gênero e violência no âmbito doméstico: a perspectiva dos profissionais de saúde**. 1997. Dissertação (Mestrado em Ciências na área Saúde Pública). Escola Nacional de Saúde Pública, Rio de Janeiro, 1997.
- BONI, Valdete; QUARESMA, Sílvia Jurema. Aprendendo a entrevistar: como fazer entrevistas em Ciências Sociais. **Revista Eletrônica dos Pós-Graduandos em Sociologia Política da UFSC**, v. 2, n. 1, janeiro-julho/2005, p. 68-80.
- BORIN, Thaisa Belloube. **Violência doméstica contra a mulher: percepções sobre violência em mulheres agredidas**. 2007. 136 f. Dissertação (Mestrado em Ciências-Psicologia). Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto da USP.
- BRUNI, Ana Maria. **Ana Maria Bruni: território da mulher**. Disponível em: <<http://anamariabruni.blogspot.com/2009/07/violencia-fisicapsicologicasexualmoralp.html>>. Acesso em: 4 jan. 2010.
- DE FERRANTE, Fernanda Garbelini. **Violência contra a mulher: a percepção dos médicos das unidades básicas de saúde de Ribeirão Preto**. São Paulo. 167 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Médicas). Faculdade de Medicina de Ribeirão Preto, Universidade de São Paulo.
- DESIGUALDADE só aumenta. **Diário do Nordeste Online**. Fortaleza, 12 abr. 2009. Disponível em: <<http://diariodonordeste.globo.com/materia.asp?codigo=630129>>. Acesso em: 20 jan. 2010.
- DINIZ, S.G. Violência contra a mulher: estratégias e respostas do movimento feminista no Brasil (1980-2005). In. **Vinte e cinco anos de respostas brasileiras em violência contra a mulher (1980-2005): alcances e limites**. São Paulo: Coletivo Feminista Sexualidade e Saúde, 2006. Disponível em <www.mulheres.org.br>. Acesso em: 10 jan. 2009.
- FRANZOI, Neusa Maria. **Concepções de profissionais de equipes de saúde da família sobre violência de gênero**. 2007. 118p. Dissertação (Mestrado em Enfermagem em Saúde Coletiva). Universidade de São Paulo.
- GREGORI, M. F. **Cenas e queixas: um estudo sobre mulheres, relações violentas e a prática feminista**. São Paulo: Paz e Terra, 1993.
- HAGUETTE, Teresa Maria Frota. **Metodologias qualitativas na Sociologia**. 7. ed. Petrópolis: Vozes, 2000.
- HANADA, Heloísa. **Os psicólogos e a assistência a mulheres em situação de violência**. 2007. 222p. Dissertação (Mestrado em Ciências-Medicina Preventiva). Universidade de São Paulo.
- LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos de metodologia científica**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2005.
- LEI Maria da Penha: só 2% de agressores punidos. **OAB**. Rio de Janeiro, 30 mar. 2009. Disponível em: <<http://www.jusbrasil.com.br/noticias/971416/lei-maria-da-penha-so-2-de>>

agressores-punidos>. Acesso em: 21 jan. 2010.

MINAYO, Maria Cecília de Souza; SOUZA, Edinilsa Ramos de. É possível prevenir a violência?: reflexões a partir do campo da saúde pública. **Ciência e Saúde Coletiva** [online], v. 4, n.1, p. 7-23, 1999.

NORONHA, Ceci Vilar; DALTRO, Maria Esther. A Violência masculina é dirigida para Eva ou Maria? **Cadernos de Saúde Pública**. Rio de Janeiro, v. 7, n. 2, p. 215-231, abr./jun., 1991. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/csp/v7n2/v7n2a07.pdf>>. Acesso em: 20 dez. 2009.

MEDEIROS, M. C. Unidos contra a violência. In: CASTILLO-MARTÈN, M.; OLIVEIRA, S. **Marcadas a Ferro**. Brasília: Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, p.100-103, 2005.

MULHERES vitimizadas: luta contra violência será reforçada. **O Povo Online**. Fortaleza, 19 dez. 2008. Disponível em: <http://www.violenciamulher.org.br/index.php?option=com_content&view=article&id=1665:fortaleza-mulheres-vitimizadas-luta-contra-violencia-sera-reforcada-o-povo-online-ce-191208&catid=13:noticias&Itemid=7>. Acesso em: 2 fev. 2009.

ODALIA, N. **O que é violência**. São Paulo: Brasiliense, 1986.

PRATES, Paula Licuris. **Violência doméstica e de gênero: perfil sociodemográfico e psicossocial de mulheres abrigadas**. 2007. 126p. Dissertação (Mestrado em Saúde Pública). Universidade de São Paulo.

SAFFIOTI, H. **Gênero, patriarcado, violência**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2004.

SOUSA, Bráulio de Almeida. **Violência no quadro institucional psiquiátrico: algumas reflexões e recordações**. Disponível em: <<http://www.violencia.online.pt/scripts/cv.dll?sec=colaboracoes&pass=BraulioSousa>> Acesso em: 31 jan. 2009.

SOUZA, Rosa Regina Lima de. **Trabalhando com violência conjugal no Núcleo de Estudos da Violência, Intervenção e Direitos Sociais**. 2007. 53 f. Monografia (Graduação em Serviço Social). UNIVERSIDADE LUTERANA DO BRASIL, Canoas, RS.

GOMES, Vera Lúcia de Oliveira; FONSECA, Adriana Dora da. Dimensões da violência contra crianças e adolescentes, apreendidas do discurso de professoras e cuidadoras. **Texto contexto - enferm**. [online]. 2005, v.14, n.spe, p. 32-37. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/tce/v14nspe/a03v14nspe.pdf>>. Acesso em 28 nov. 2009.

ZARANZA, Janaína Sampaio; GASPARG, Larissa Maria Fernandes; MACIEL, Maria do Socorro Camelo Maciel. Políticas públicas de enfrentamento da violência contra a mulher: a experiência de Fortaleza. In: ALVES, Maria Elaene Rodrigues; VIANA, Raquel. **Políticas para as mulheres em Fortaleza: desafios para a igualdade**. Coordenadoria Especial de Políticas Públicas para as Mulheres/Secretaria Municipal de Assistência Social/Prefeitura de Fortaleza, 2008

APÊNDICES

APÊNDICE 1**CERTIFICADO DE CONSENTIMENTO DO ENTREVISTADO**

Eu (nome do entrevistado) _____

R.G. nº _____, declaro estar devidamente informado sobre a minha participação na pesquisa intitulada — Percepção de Profissionais que Atendem a Mulheres Vítimas de Violência: Estudo de Caso do Centro de Atendimento Francisca Clotilde - Fortaleza-CE, após minhas dúvidas terem sido devidamente esclarecidas pela pesquisadora declaro que estou de acordo em participar desta pesquisa, sobre a responsabilidade da autora/pesquisadora Vangleuma Maria de Oliveira. Minha participação é livre e espontânea conforme foi exposto no termo de consentimento.

Poderei interromper a pesquisa a qualquer momento, desistindo de participar. Eu permito a divulgação dos resultados estando ciente que a minha identidade será mantida em sigilo.

Fortaleza, _____ de _____, de 2009.

Assinatura do entrevistado: _____

Assinatura do pesquisador: _____

APÊNDICE 2**QUADRO 1 – CLASSIFICAÇÃO DOS BAIROS DE FORTALEZA SEGUNDO AS SECRETARIAS EXECUTIVAS REGIONAIS – FORTALEZA (CE)**

SER I	SER II	SER III	SER IV	SER V	SER VI
Álvaro Weyne	Aldeota	Amadeu Furtado	Benfica	Bom Jardim	Aerolândia
Barra do Ceará	Bairro de Lourdes	Antônio Bezerra	Bom Futuro	Canindezinho	José de Alencar (Alagadiço Novo)
Carlito Pamplona	Cais do Porto	Autran Nunes	Couto Fernandes	Conjunto Ceará I	Alto da Balança
Cristo Redentor	Centro	Bela Vista	Damas	Conjunto Ceará II	Ancuri
Farias Brito	Cidade 2000	Bonsucesso	Demócrito Rocha	Conjunto Esperança	Barroso
Floresta	Cocó	Dom Lustosa	Dendê	Genibaú	Cajazeiras
Jacarecanga	Dionísio Torres	Henrique Jorge	Fátima	Granja Lisboa	Cambeba
Jardim Guanabara	Dunas	João XXIII	Itaóca	Granja Portugal	Castelão
Jardim Iracema	Engenheiro Luciano Cavalcante	Jóquei Clube	Itaperi	Jardim Cearense	Cidade dos Funcionários
Monte Castelo	Guararapes	Padre Andrade	Jardim América	Maraponga	Coaçu
Moura Brasil	Joaquim Távora	Parque Araxá	José Bonifácio	Mondubim	Curió
Pirambu	Meireles	Parquelândia	Montese	Planalto Ayrton Senna	Conjunto Palmeiras
São Gerardo	Mucuripe	Pici	Panamericano	Parque Presidente Vargas	Dias Macedo
Ellery	Papicú	Presidente Kennedy	Parangaba	Parque Santa Rosa	Edson Queiroz
Vila Velha	Praia de Iracema	Quintino Cunha	Parreão	Parque São José	Guajerú
	Praia do Futuro I	Rodolfo Teófilo	Serrinha	Prefeito José Walter	Jangurussu
	Praia do Futuro II	Aeroporto	Vila Pery	Siqueira	Jardim das Oliveiras
	Salinas		Vila União	Vila Manoel Sátiro	Lagoa Redonda
	São João do Tauape				Mata Galinha
	Varjota				Messejana
	Vicente Pinzón				Parque Dois Irmãos
					Parque Iracema
					Parque Manibura
					Parque Santa Maria
					Passaré
					Paupina
					Pedras
					Sabiaguaba
					São Bento
					Sapiranga / Coité

Fonte: Prefeitura Municipal de Fortaleza